

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

O MOVIMENTO AMBIENTALISTA EM UM MOMENTO DE TRANSIÇÃO: ANÁLISE DE
UM CONFLITO (À Propósito dos Resíduos Sólidos em Novo Hamburgo)

VERA MARIA GUIMARÃES

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Política da Universidade Federal de Santa
Catarina, para obtenção do Grau de Mestre em
Sociologia Política, sob orientação do Prof.
Héctor R. Leis.

Florianópolis, fevereiro de 1993.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

Esta dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final pelo Orientador e membros da Banca Examinadora, composta pelos professores:



Prof. Héctor Ricardo Leis - Orientador



Profª Drª Ilse Scherer-Warren - Membro



Prof. Dr. Pedro Roberto Jacobi - Membro

Florianópolis - março de 1993

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	I
ABSTRACT.....	II
RESUMO.....	III
INTRODUÇÃO.....	02
NOTAS.....	12
CAPÍTULO 1 - A EXPANSÃO DO AMBIENTALISMO E A REDEFINIÇÃO DO CAMPO AMBIENTALISTA.....	13
1.1. O Ambientalismo em um Momento de Transição: Redefinindo-se Práticas e Teorias.....	17
1.1.1. O Ambientalismo na Perspectiva da "Multissetorialização".....	28
NOTAS.....	34
CAPÍTULO 2 - CONTEXTUALIZAÇÃO DO CONFLITO EM QUESTÃO E SEUS PRINCIPAIS ATORES: O PROBLEMA DO LIXO NA VILA KRÖEFF.....	35
2.1. "Upan", "Terraguar" e "Movimento Roessler" : Algumas Semelhanças.....	50
2.1.1. "União Protetora do Ambiente Natural" : A Atuação "Legalista".....	53
2.1.2. "Movimento Roessler Para Defesa Ambiental" : A Atuação "Consensualista".....	59

2.1.3. "Terraguar Associação Ecológica" : A Atuação de Caráter "Populista".....	63
NOTAS.....	68
 CAPÍTULO 3 - ENTIDADES AMBIENTALISTAS: ENTRE A LÓGICA DO CONFLITO E DA COOPERAÇÃO EM UM MOMENTO DE TRANSIÇÃO EM RELAÇÃO AO PAPEL DO MOVIMENTO AMBIENTALISTA "STRICTU SENSU".....	70
3.1. As Reivindicações das Entidades em Relação ao Depósito de Lixo na Vila Kröeff: Legalismo X Consensualismo:.....	72
3.2. O Conflito Entre Entidades e Poder Público: A Lógica do "Bissetorialismo" X A Lógica do "Multissetorialismo".....	81
3.3. Considerações Finais: Para Além do Resultado do Processo de Interação Entre as Distintas Lógicas.....	100
NOTAS.....	111
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	114
REFERÊNCIAS DE JORNAIS.....	116
REFERÊNCIAS DE CARTAS E DOCUMENTOS.....	123

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, gostaria de agradecer a atenção e dedicação dos Professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política e, especificamente, às sugestões e críticas na fase de elaboração do projeto de dissertação, assim como, às indicações bibliográficas e envio de textos.

Agradeço também a atenção dispensada pelos funcionários do CFH, especialmente à Albertina, secretária do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política e um especial agradecimento aos funcionários da "sala de micro": Carmem, Margarete e Luis. Margarete com seus cafezinhos, sempre bem-vindos e Luis, sempre pronto a me socorrer com o meu desconhecido programa "Word Star 4.2" (agora não tão desconhecido).

Um agradecimento muito especial ao meu orientador Héctor Ricardo Leis que desde o início, ainda na fase de elaboração de idéias para o projeto, não sendo ainda integrante deste Programa de Pós-Graduação, se colocou disponível para auxiliar-me neste empreendimento que aqui está a se concretizar. Agradeço pelo seu apoio e orientação, tranqüila e afetiva, apesar dos reveses através dos quais se constituiu meu processo de orientação.

Obrigada também a todos os colegas do CFH e aos amigos mais próximos pelo apoio e carinho. Grata também sou à "União Protetora do Ambiente Natural", ao "Movimento Roessler Para Defesa Ambiental", ao "Terraguar Associação Ecológica" e representantes do poder público de Novo Hamburgo pelo acesso às informações de que necessitei, tanto pelas entrevistas concedidas, quanto pelo material escrito, especialmente à "Upan" que me deixou à vontade na utilização de seu banco de dados.

Por fim, agradeço especialmente à minha mãe pelo seu apoio e compreensão. Sempre ...

ABSTRACT

Due to the worldwide increase of environmental problems, action aiming to revert such a situation also grows, though not as fast as the former. As a result, we have observed, mainly starting in the 80's, a widening in the field of environmentalism, as referred here, the complexity and variety of positions which have yielded such a problem among distinct actors.

In this sense, our study aims to analyze one of the sectors of environmentalism, more specifically the "strictu sensu" environmentalism entities, an issue not widely researched in the scope of Social Sciences in Brazil yet, as compared to others.

A conflict situation between the environmental entities and the city government of Novo Hamburgo (RS) was chosen in order to detect different environmental entities positions as to the widening scope in the field of environmentalism.

We start from the assumption that this is a transition moment for the entities of the kind, in the sense of restructuring and redefining roles in this particular segment. Such aspects would be associated with the issue of professionalization of the referred entities and their understanding of the relationship with other social sectors, mainly around the governmental action, as a result of the "confront versus cooperation" dilemma with this sectors in dealing with the environmental issues.

RESUMO

Frente ao crescimento dos problemas ambientais à nível mundial, crescem também as manifestações que visam reverter este quadro, embora em ritmo não tão acelerado quanto ao primeiro aspecto. Desta forma, temos principalmente, a partir da década de 80, a ampliação do campo do ambientalismo, nos referindo aqui, à variedade e complexidade de posicionamentos que têm gerado esta problemática entre distintos atores.

Neste sentido, nos interessamos em nosso estudo, analisar um dos setores do ambientalismo: especificamente as entidades ambientalistas "strictu sensu", tema ainda pouco pesquisado no âmbito das Ciências Sociais no Brasil, se formos compará-lo com o desenvolvimento de outros temas.

Em nosso estudo, escolhemos uma situação de conflito entre entidades ambientalistas e poder público no município de Novo Hamburgo (RS) para captarmos os diferentes posicionamentos das entidades ambientalistas envolvidas frente à este contexto de ampliação do campo ambientalista. Partimos do princípio de que este é um momento de transição para entidades do gênero, no sentido de sua reestruturação e definição de papéis deste segmento especificamente. Estes aspectos estariam associados à questão da profissionalização destas entidades e seu entendimento das relações com os demais setores sociais, principalmente em torno da ação governamental, em função do dilema - "confronto versus cooperação" com estes setores no tratamento das questões ambientais.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a dinâmica de desenvolvimento industrial e crescente complexificação do social, tem gerado questões diversas a serem problematizadas pelos distintos atores sociais e políticos. O aumento da preocupação com os problemas ambientais à nível mundial é um exemplo significativo desse processo.

Presenciamos um contexto em que, a degradação ambiental cresce visivelmente, assim como, crescem também as manifestações sociais que visam reverter esse quadro, embora o primeiro aspecto venha ocorrendo em proporção mais rápida que o segundo.

O desenvolvimento do ambientalismo à nível mundial, tem se constituído em um processo de redefinição de valores e práticas políticas de mediação das relações entre os homens e a natureza. Esse processo não tem sido homogêneo e, portanto, consensual. Deste modo, a perspectiva ambientalista compreende distintas percepções referentes ao tratamento dos problemas ambientais. (1)

Neste contexto, encontramos aqueles que participam de entidades, as quais, embora, apresentem propósitos semelhantes, diferem quanto às suas formas de organização e concepções políticas.

Na análise sociológica brasileira, o ambientalismo pouco tem merecido a atenção de instituições e pesquisadores, se formos considerar a crescente importância das questões ambientais no panorama político nacional. Neste sentido, nos motivamos a apresentar uma contribuição na análise do movimento ambientalista brasileiro.

Nossa proposta se compõe de um estudo de caso descritivo, enquanto análise de uma situação específica. Pretendemos, assim, contribuir no estudo do ambientalismo, basicamente em relação às entidades não-governamentais,(2) no que se refere às dinâmicas que se instauram em torno de suas demandas, buscando assim, elucidar alguns aspectos referentes às mobilizações destes atores e suas diferentes estratégias de atuação em relação aos problemas ambientais.

Nos remetemos aqui, especificamente, às associações de caráter comunitário que atuam principalmente à nível local em torno de questões referentes ao combate à degradação ambiental em suas variadas formas.

Além destes aspectos, devido à aproximações anteriores com organizações do gênero, se configuraram motivações pessoais para compreensão de algumas facetas do trabalho de certas entidades.

Para tal, elegemos uma situação específica. Trata-se da polemização de um problema ambiental bastante comum nas cidades

brasileiras, principalmente as de médio e grande porte, ou seja, o problema da destinação dos resíduos sólidos.

Em torno do problema do lixo, diferenciados atores se manifestaram, entre os quais, participantes de entidades ambientalistas. Não nos caberia discutir questões técnicas referentes à destinação e tratamento de resíduos sólidos, embora reconheçamos sua importância. Estas questões serviram apenas como cenário para o desvelamento do caráter de atuação das entidades envolvidas.

A polêmica em questão gerou conflito entre as entidades e o poder público local. Entendemos que uma situação de conflito contribui de forma significativa para a avaliação de distintas concepções e formas de atuação dos grupos ambientalistas, tendo ainda a considerar uma crescente visibilidade de certas entidades na região do Vale do Sinos.

Para o tratamento de nosso tema, consideramos fundamentalmente os trabalhos desenvolvidos por Eduardo Viola, referentes ao ambientalismo brasileiro, pelo fato do referido autor apresentar-se como o mais representativo nesta área de estudos, no âmbito das Ciências Sociais. Neste contexto, partimos de algumas considerações norteadoras de nosso estudo.

Pode-se dizer que o ambientalismo nos anos 80, tem-se constituído, gradativamente, enquanto um "fenômeno multissetorial"

(VIOLA & BOEIRA:1989; VIOLA & LEIS:1991b), onde distintos atores passam a discutir os problemas ambientais quebrando a lógica do "bissetorialismo" (VIOLA & LEIS:1991a) e convergendo para estratégias comuns. O "bissetorialismo" compreende uma relação quase que, exclusiva entre - movimento ambientalista e Estado (principalmente através das agências estatais de meio ambiente), levando os primeiros a acreditarem que seriam os principais atores a debaterem a problemática ambiental. Esta lógica é particularmente caracterizada pelo predomínio de situações de conflito.

A inserção da problemática ambiental em distintos setores da sociedade, constitui-se num cenário favorável para as entidades ambientalistas, tanto no que diz respeito à mudanças na sua organização interna (maior preocupação com o aspecto da profissionalização), quanto no tocante às suas relações externas, ou seja, ao nível das relações com os demais setores da sociedade. Por outro lado, esta inserção não necessariamente implica em uma aproximação entre os distintos setores.

A partir do fenômeno do "ambientalismo multissetorial" as entidades ambientalistas "strictu sensu" estariam atravessando um período de transição através da percepção da necessidade de um padrão de atuação diferenciado. Isto significa uma reorganização para possibilitar uma maior eficiência de seus propósitos, como

também, --- uma redefinição --- quanto ao aspecto do conflito ou da cooperação na viabilização de soluções para os problemas ambientais, junto aos demais setores da sociedade e, principalmente, junto ao Estado. Trata-se do entendimento do papel a ser desempenhado por estes atores e as alternativas daí decorrentes.

Neste contexto, encontramos tanto entidades que ainda não estão buscando a profissionalização, mas que mudaram sua postura frente ao Estado, no sentido da busca de diálogo para o enfrentamento dos problemas ambientais, quanto aquelas que, já adquiriram um grau maior de profissionalização, mas ainda se inserem na lógica do confronto direto com o Estado, atuando mais ao nível da denúncia. Conciliar o aspecto da profissionalização com a busca de alternativas viáveis aos problemas ambientais, tem se constituído em um desafio para certas entidades.

Estes aspectos podem nos permitir visualizar diferentes possibilidades, a partir das quais, se colocam as perspectivas de atuação dos grupos ambientalistas "strictu sensu" quanto ao seu papel na dinâmica sócio-política.

Especificamente, nosso estudo visa destacar e refletir sobre:

- as posturas das entidades ambientalistas envolvidas em torno da demanda em questão (destinação adequada dos resíduos sólidos da cidade de Novo Hamburgo);
- a postura destas entidades no tratamento com o poder

público local;

- os resultados decorrentes de ambos os processos, os quais contornariam possíveis tendências do movimento ambientalista. (3)

Em termos mais gerais, queremos ressaltar que o estudo em questão poderá contribuir para analisar um momento específico vivido pelos grupos ambientalistas "strictu sensu" e que, junto a outros estudos de caso, nos permitirá visualizar como este período que avaliamos, configura um quadro de transição para o ambientalismo, neste início dos anos 90, em termos da redefinição da atuação destes atores.

Neste mesmo contexto, consideramos que o quadro teórico não está ainda totalmente consolidado, passando-se de um momento da análise do movimento ambientalista enquanto um "novo movimento social" para a sua definição enquanto um "movimento histórico". Por fim, passamos agora a comentar os aspectos metodológicos de nosso estudo.

Para o desenvolvimento de nossos propósitos de pesquisa, trabalhamos com três fontes de obtenção de dados: jornais, documentos e entrevistas. Buscamos também as atas de reuniões das entidades, mas, estas não nos auxiliaram a obtermos maiores informações.

Os principais dados se referem ao ano de 1989 no momento em que é acionada uma ação cível pública contra a Prefeitura

de Novo Hamburgo por fatores de descumprimento da legislação ambiental, momento em que, algumas entidades ambientalistas passam a se manifestar e interagir com o poder público em torno de uma demanda comum.

As entidades em questão que aqui nos interessam são: "União Protetora do Ambiente Natural" (UPAN), de São Leopoldo, responsável pelo encaminhamento da ação cível, "Movimento Roessler Para Defesa Ambiental", de Novo Hamburgo e "Terraguar Associação Ecológica" de Novo Hamburgo.

Utilizamos as principais notícias de jornais da região sobre a polêmica em questão para cobrir, principalmente, a parte referente à narração dos fatos, incluindo alguns depoimentos.

Coletamos também documentos produzidos pelas entidades aqui referidas em relação ao problema dos resíduos sólidos em Novo Hamburgo e, documentos encaminhados ao movimento ambientalista gaúcho e nacional sobre política ambiental. A fim de contextualizarmos melhor o estudo em questão, também foram coletados documentos de outras entidades ambientalistas que se posicionaram sobre o assunto, assim como alguns dados da principal associação de moradores envolvida - a "Associação de Moradores da Vila Kröeff", além de documentos referentes ao posicionamento do poder público.

Quanto às entrevistas, algumas foram realizadas com

representantes da "Associação de Moradores" para fins de contextualização dos fatos. Entretanto, as entrevistas que serviram como referência para a análise totalizam em número de 15, sendo 12 entrevistados pertencentes às três entidades em questão e 03 representantes do poder público, especificamente, o prefeito, o chefe do Departamento de Meio Ambiente e o Secretário de Habitação e Meio Ambiente, tendo cada entrevista cerca de 2 horas de gravação.

Quanto aos ambientalistas entrevistados foram escolhidos aqueles, dentre os militantes, que, de alguma forma, acompanharam o conflito em questão durante o ano de 1989. A escolha se baseou a partir de uma análise inicial dos documentos produzidos pelas entidades e declarações na imprensa, como também, por indicação dos próprios participantes das entidades. As entrevistas, abertas e semi-estruturadas, versaram sobre os aspectos mais específicos do problema de destinação dos resíduos sólidos em Novo Hamburgo (posicionamentos das entidades) e questões mais gerais sobre o trabalho das entidades e suas concepções políticas.

Mais especificamente, os temas percorridos versaram sobre aspectos em torno dos objetivos e propostas das entidades, assim como, suas estratégias; interação com outros grupos organizados e, especialmente com o poder público, entre os aspectos políticos mais gerais.

Os ambientalistas entrevistados também responderam a um pequeno questionário de identificação contendo dados sobre idade, profissão, escolaridade, renda e aspectos referentes à atuação na referida entidade e/ou em outras organizações, caso ocorresse.

Para os representantes do poder público as questões se referiram à aspectos da gestão Paulo Ritzel na área ambiental e, principalmente, no tocante ao tratamento dos resíduos sólidos, assim como, sobre a interação entre poder público e entidades ambientalistas.

De um modo geral, as questões foram bem recebidas pelos entrevistados. Alguns ambientalistas consideraram que as mesmas serviram como um ponto de reflexão da atuação dos grupos e manifestaram interesse em obter os resultados finais dessa avaliação. O grupo mais cauteloso para ceder informações foi o "Terraguar Associação Ecológica" em função de um certo desagravo em relação à matérias anteriormente publicadas na imprensa sobre o movimento ambientalista. Existe, entre os entrevistados, uma certa preocupação com a imagem do movimento perante a opinião pública. Houve quem se preocupasse que o conflito entre as entidades trouxesse à público a falta de união entre as mesmas. De uma certa forma, falar sobre essa situação de conflito foi um tema que pareceu ser delicado para muitos entrevistados.

Acrescentaríamos também, que, embora, o trabalho de campo

houvesse sido realizado entre o final de 90 e início de 91, algumas informações foram retomadas e reatualizadas no ano de 92, basicamente, aspectos referentes à estrutura organizacional das entidades e, frente à polêmica em questão, também procuramos saber um pouco dos resultados práticos desse processo, isto é, que medidas concretas foram efetuadas no tratamento dos resíduos sólidos em Novo Hamburgo.

Delimitados nossos objetivos, introduziremos, a seguir, as considerações teóricas na descrição do campo ambientalista.

NOTAS - INTRODUÇÃO

(1) Nos referimos aqui ao ambientalismo, de um modo geral, sem nos atermos às diferenças conceituais e práticas específicas a que se remetem as distintas acepções - ambientalismo e ecologismo. Salientamos que usaremos os dois termos indistintamente, embora dando certa preferência ao termo "ambientalismo" por englobar aspectos mais amplos da referida problemática (Cf. nota semelhante em VIOLA & LEIS:1991a).

(2) Aqui citamos o termo "não-governamentais", basicamente em alusão ao fato de que estas entidades não fazem parte da estrutura governamental e nem pretendem ter acesso ao poder político, desenvolvendo seu trabalho sem fins lucrativos. Sobre a caracterização das ONGs no Brasil, Cf. LANDIM:1988.

(3) Cabe salientar que o caso em questão repercutiu significativamente na imprensa da região, obtendo manifestações de entidades ambientalistas gaúchas e de outros Estados.

CAPÍTULO 1 - A EXPANSÃO DO AMBIENTALISMO E A REDEFINIÇÃO DO CAMPO AMBIENTALISTA

Nos referimos anteriormente ao crescimento da degradação ambiental à nível mundial e a conseqüente mobilização de distintos atores interessados no tratamento dessa questão. O crescimento da preocupação pública pela temática passou a se manifestar de forma mais visível a partir de meados dos anos 60. Este processo se deu inicialmente nos Estados Unidos (VIOLA & LEIS:1991a).

Não se pode detectar com precisão a origem do movimento ambientalista, posto que, emergiu em distintos lugares, em épocas diferentes e por motivos diferentes. À nível global, o ambientalismo tem apresentado filosofias, táticas e objetivos distintos, embora, sua preocupação básica se refira à qualidade do meio ambiente (McCormick:1992). Deste modo, frente à complexidade e multidimensionalidade da questão, a problemática ambiental inclui definições e diagnósticos os mais variados no âmbito da conduta e ação política (DRYZEK & LESTER:1989). Como nos situa LEIS(1992: 31) transcrevemos a seguinte afirmação:

"A comum procura de uma transformação da realidade por parte do extenso leque dos ecologismos existentes ganha intensidade e

alcances diversos de acordo com a forma de cada um compreender e assumir o complexo vínculo entre sociedade e natureza."

LEIS (op.cit.) salienta que o debate em torno da compreensão da relação homem-natureza tem se ampliado e complexificado em função da incorporação da problemática ética - uma dimensão a mais para ser pensada no âmbito do ecologismo.

Podemos, portanto, situar o pensamento e ação ambientalista num amplo spectrum. DRYZEK & LESTER(op.cit.) construíram uma tipologia das distintas visões de mundo ambientalistas referentes ao tratamento dos problemas ambientais. Os autores combinam duas dimensões básicas: o nível dos valores que podem priorizar tanto o âmbito individual, como o âmbito comunitário da ação humana, e, por outro lado, o nível das soluções, que incluem aqueles que são favoráveis às soluções centralizadas, onde as instituições governamentais têm um papel fundamental na tomada de decisões, como aqueles que, hostis à ação governamental, optam pela descentralização no enfrentamento dessa problemática.

Em torno da combinação dessas duas dimensões, DRYZEK & LESTER delinearão seis tendências básicas no pensamento ambientalista que, em linhas gerais, citamos abaixo, agrupando-as nos dois eixos - centralização e descentralização.

a) Ênfase nas soluções centralizadas:

- nessa linha se encontram os "reformadores estruturais" e "hobbesianos" (estes últimos estariam pouco presentes no discurso

ambientalista contemporâneo). Os valores se situam aqui, no âmbito individual; as propostas salientam a necessidade do aumento de leis para controle dos poluidores;

- também encontramos os chamados "ecologistas da reforma"(tendência dominante na América do Norte), que, embora também sejam favoráveis às decisões centralizadas, se agregam em torno de valores comunitários biocêntricos (no biocentrismo a defesa da comunidade biótica é prioritária, onde os valores predominantes se referem à estabilidade e integridade dos ecossistemas);

- outra tendência que prioriza os valores comunitários mas, de caráter antropocêntrico, são os denominados "guardiões", cujos representantes atentam para a importância do conhecimento técnico e científico (se encontram neste contexto, tanto marxistas, como tecnocratas e conservadores clássicos).

b) Ênfase nas soluções descentralizadas:

- temos aqui defensores do mercado livre (conservadores) que, a partir de distintas tendências possuem em comum a crença na racionalidade do sistema de mercado auto-regulatório. Os valores predominantes são os individuais. Nessa visão, o mercado aparece como sendo capaz de atender satisfatoriamente os desejos individuais incluindo os aspectos ambientais, como, por exemplo, o "consumo" de um ar limpo;

- quanto à crença nos valores comunitários e soluções descentralizadas, duas tendências se distinguem: os "ecologistas sociais" e os "ecologistas profundos", contudo, os primeiros se baseiam em valores comunitários antropocêntricos e os segundos, em valores biocêntricos. Os "ecologistas sociais" percebem o capitalismo como um sistema inerentemente anti-ecológico, onde a natureza é tratada como um mero recurso a ser explorado. Não acreditam em transformações revolucionárias, mas em transformações espontâneas, de base (se aproximam das visões - socialista e anarquista). Os "ecologistas profundos" centralizam sua atenção na defesa da comunidade biótica, limitando, portanto, seu interesse nas comunidades humanas.

Deste modo, nota-se a diversidade de combinações que constituem o pensamento ambientalista como um todo. Cabe, entretanto, a ressalva de que DRYZEK & LESTER ao discriminarem essas tendências, têm como referência o ambientalismo norte-americano. Em termos de Brasil, não podemos afirmar que encontraremos todas essas correntes de pensamento.

À propósito, não é nosso objetivo delinear um panorama do ambientalismo brasileiro. Conforme já explicitado, nosso estudo está mais interessado na perspectiva ambientalista proveniente da sociedade civil, através dos chamados movimentos sociais, do que na atuação do Estado nessa questão, embora saibamos que esses

dois níveis não podem ser dissociados, tratando-se apenas de um prisma a ser focalizado (como veremos nosso estudo de caso, inclui a avaliação da ação governamental - ao nível do poder público, mas, como uma referência, sem a qual nosso objeto de estudo não poderia ser entendido).

Neste sentido, DRYZEK & LESTER contribuem, especificamente, para mostrar a diversidade do ambientalismo, embora, não seja nossa intenção enquadrar os grupos aqui estudados em quaisquer dessas tendências.

1.1. O Ambientalismo em um Momento de Transição: Redefinindo-se Práticas e Teorias

Da mesma forma que diferenciamos perspectivas variadas no pensamento e ação ambientalistas, a própria análise sociológica também tem se desenvolvido em torno de perspectivas diversificadas. Em linhas gerais, o estudo do ambientalismo compreende três enfoques, os quais comentaremos a seguir. Contudo, salientamos que, na mesma proporção em que nosso estudo revela um aspecto de transição na definição do papel dos grupos ambientalistas "strictu sensu" na sociedade civil, o próprio quadro teórico da análise sociológica também passaria por

sua reatualização.

No fim dos anos 70 até, a primeira metade dos anos 80, era comum o entendimento dos grupos ambientalistas, no âmbito das Ciências Sociais, como um "novo movimento social". Entretanto, na passagem dos 80 para os 90, o movimento ambientalista passa a ser encarado de forma mais ampla, ou seja, enquanto um "movimento histórico".

No caso aqui estudado, consideramos de maior validade atual o enfoque do "movimento histórico", embora o quadro teórico referente aos "novos movimentos sociais" contribua ainda para enriquecer a compreensão do ambientalismo no contexto atual, como veremos posteriormente.

Nos referimos, anteriormente, a três enfoques básicos. Temos então, além da perspectiva dos "novos movimentos sociais" e do "movimento histórico", a caracterização do "grupo de interesse".

Enquanto "grupo de interesse", as manifestações do ambientalismo funcionariam de forma semelhante às manifestações de outros grupos do sistema político. Entretanto, os grupos ambientalistas privilegiados neste tipo de análise seriam as organizações não-governamentais que apresentam a capacidade de influenciar o sistema político, posto que, dispõe de recursos para tal (VIOLA:1991). Neste sentido, pode-se dizer, que muitos grupos ambientalistas atuam enquanto grupos de pressão na defesa

de seus interesses.

LOWE & GOYDER (1983) afirmam que muitos desses grupos são, eventualmente, grupos de pressão, do ponto de vista de que, enquanto grupos organizados, se esforçam para influenciar as decisões das autoridades públicas. Para os autores, nesta perspectiva, cabe considerar o crescente contato desses grupos com a mídia, a qual acaba gerando suporte público e exercendo pressão nas decisões governamentais.

Em nosso caso, não encontramos entidades que disponham necessariamente de significativa infra-estrutura e, portanto, de recursos financeiros que lhes permitam considerável capacidade de influência nos processos decisórios governamentais, embora, estes grupos atuem para exercer pressão neste sentido.

Quanto ao enfoque dos "novos movimentos sociais", de acordo com VIOLA(1991), os grupos aqui priorizados na análise seriam aqueles setores ideologicamente mais radicais do ambientalismo. Estes grupos estariam mais preocupados com os aspectos da democratização e cidadania, sendo adeptos da democracia de base, através do questionamento das representações políticas tradicionais .(1)

Portanto, este tipo de análise privilegiaria os atores sociais e a ação social em torno da qual se dariam novos estilos de fazer política com ênfase nos princípios democráticos buscando

transformações no cotidiano dos indivíduos (ESCOBAR:1989).

Para Claus Offe(1985), por exemplo, o que seria politicamente relevante,nos "novos movimentos sociais",seria o fato de apelarem para serem reconhecidos como atores políticos pela comunidade mais ampla estabelecendo metas que repercutiriam na sociedade como um todo e, não apenas sobre o grupo que estaria reivindicando. Neste contexto, se encontrariam o movimento pelos direitos humanos, o movimento feminista, o movimento pela paz e o movimento ambientalista. Para estes atores, o aspecto da autonomia e identidade do movimento em oposição à manipulação, ao controle e dependência de instituições, seriam valores fundamentais.

De acordo com VIOLA & MAINWARING(1987), no processo de interação com o Estado, estes movimentos apresentariam demandas freqüentemente "simbólicas, morais e inegociáveis". Embora as demandas não apresentem especificidade de classe, sendo de natureza "universalista"(como aquelas que se referem ao ambiente, direitos civis e paz), os atores engajados nestas lutas são basicamente provenientes da classe média (OFFE,op.cit.). (2)

De acordo com VIOLA(1987), pelo fato dos movimentos ecológicos e pacifistas serem portadores de valores e interesses universais, existe um potencial para aglutinação de distintos setores sociais em torno de suas demandas. Em linhas gerais, o

sistema de valores proposto por estes atores se refere à "justiça social, à não-violência ativa e à solidariedade diacrônica com as gerações futuras."

É a partir dos anos 70 que o ambientalismo passa a se constituir de forma mais consistente no Brasil. Nos referimos aqui, ao desencadeamento de propostas advindas tanto da sociedade civil, como do Estado, como sugerem VIOLA & LEIS(1991a).

Especificamente, em relação ao movimento ambientalista "strictu sensu", em seu trabalho inicial na pesquisa do movimento no Brasil, VIOLA(1987) distingue três fases no processo de desenvolvimento das associações ambientalistas, tendo ainda como marco de referência, a teoria dos "novos movimentos sociais". De acordo com o autor, se apresentariam as seguintes fases:

- De 1974 a 1981 coexistiriam dois movimentos básicos que seriam - os movimentos de denúncia da degradação ambiental nas cidades e as comunidades alternativas rurais. Esta seria a fase denominada "ambientalista". O aspecto que caracterizaria, principalmente, os referidos movimentos urbanos, seria uma ausência do debate político-partidário no interior dessas associações, onde a atividade política institucionalizada (partidos políticos e instituições governamentais) seria vista com desconfiança por ser marcada pela impureza, desonestidade e corrupção, aspectos incompatíveis com o modo de ser dos grupos

ambientalistas, no sentido de que, estes atores se autoatribuíam uma visão de mundo e uma militância marcados por um caráter de "pureza". (3)

Ainda na fase "ambientalista", é comum a presença de líderes em cada associação. Haveria, portanto, uma ou duas pessoas com uma dedicação maior ao trabalho do grupo, com maior autoridade nas decisões e prestígio público, facilitando o acesso à mídia e instituições em geral.

Também seria comum neste período, a existencia de 1 ou 2 objetivos específicos, enquanto prioridades de trabalho de cada associação.

- No período de 1982 a 1985, estes movimentos passariam, progressivamente, a apresentar um caráter mais político. Aqui, se apresentaria, então, conforme VIOLA, uma fase de "transição", no sentido de uma crescente incorporação do debate político no interior do movimento.

- Esta "politização" se tornaria mais visível a partir de 1986 onde, grande parte do movimento se envolve na cena parlamentar. Esta fase seria marcada por uma opção "ecopolítica".

As fases até então diferenciadas apresentam, atualmente, um aspecto não tão relevante na análise de VIOLA. Veremos, posteriormente, que isto se deve à expansão do ambientalismo, o qual, não seria mais percebido pelo autor enquanto um movimento.

social específico, mas como um "movimento histórico". Entretanto, em nosso estudo, poderemos perceber, até que ponto, algumas das características acima descritas podem ser encontradas, nesse final dos anos 80 e início dos 90, em associações ambientalistas.

Ainda pode-se dizer que, no processo de constituição da identidade coletiva do movimento, este passaria, entre outros aspectos, a ter uma percepção diferenciada do Estado, de suas contradições e, os meios e os fins das lutas passam a ser melhor delineados, o que, de um modo geral, acarretará em uma outra relação com a política. De acordo com VIOLA(1987), o aspecto fundamental que distingue o processo de mudança do movimento ecológico da fase "ambientalista" para uma fase de "transição" e, conseqüente opção "ecopolítica", se refere à sua forma de atuação, onde as manifestações de simples denúncia foram sendo substituídas por estratégias mais voltadas para a eficácia pontual das lutas.

Num enfoque convergente com a teoria dos "novos movimentos sociais", ANTUNIASI(1989) nos traz outras contribuições para o estudo do movimento ambientalista analisando o caso paulistano.

A autora captou duas tendências básicas de atuação nestas entidades. Haveria entidades e militantes de tipo "ambientalista" e entidades e militantes de tipo "conservacionista". Neste sentido, ANTUNIASI destacaria um aspecto a ser ressaltado por

VIOLA em trabalhos mais recentes: a questão da profissionalização destas entidades.

No caso paulistano, a preocupação com a profissionalização apareceria, mais freqüentemente, em entidades de caráter "conservacionista", cujas ações, se concretizariam de forma mais sistematizada, ao contrário das entidades de tipo "ambientalista", baseadas numa prática de "ativismo direto"; salientariam o caráter autônomo de suas contestações e, portanto, sem maiores preocupações com o aspecto da profissionalização. O interesse das entidades ambientalistas pela profissionalização é um fator que deve ser considerado no âmbito da própria evolução do movimento no Brasil.

No quadro de referência do "movimento histórico" que comentaremos, posteriormente, VIOLA & BOEIRA(op.cit.) diferenciam basicamente, três tipos de entidades que se configurariam, a partir da segunda metade dos anos 80: entidades amadoras, semiprofissionais e profissionais. Suas características gerais seriam:

a) amadoras: existem em maior número, mas têm apresentado baixo impacto sociopolítico, optando às vezes, pelas "ações diretas"; sofrem influência da cultura socialista;

b) semiprofissionais: buscam a profissionalização tentando remodelar seu estilo de atuação; também são influenciadas pela

cultura socialista, mas a incorporam de forma mais crítica. A constituição de objetivos tende a apresentar uma certa hierarquia com a avaliação de seu alcance; seu impacto sociopolítico é crescente, principalmente, no empresariado e no poder legislativo;

c) profissionais: buscam viabilizar alternativas de "conservação ou restauração do ambiente danificado."

A preocupação com a profissionalização tem crescido, entre as entidades ambientalistas, na última década. Esta é uma mudança significativa no quadro do ambientalismo que se insere em mudanças mais gerais. Aqui chegamos à percepção do ambientalismo sob o enfoque do "movimento histórico", noção proveniente de Alain TOURAINE(4). Na perspectiva do "movimento histórico", torna-se necessário um compromisso com a transformação global da sociedade; as bases da civilização contemporânea são questionadas, principalmente, pela forma como têm sido utilizados os recursos naturais (VIOLA:1991).

Neste contexto, a partir do fim da década de 60, estaria ocorrendo uma maior demanda por qualidade de vida e, particularmente, nos anos 80, se verificaria uma maior percepção dos problemas ambientais e os riscos globais daí decorrentes. Neste enfoque, a percepção dos conflitos sociais é a de que estes, perpassam diversos setores da estrutura social: "de um

lado empresários, cientistas e organizações não-governamentais que operam na lógica convencional, de outro lado empresários, cientistas e ONGs que se orientam para a sustentabilidade." (VIOLA:1991;04-05)

Nesta perspectiva, a discussão de questões ambientais têm perpassado os diversos setores da realidade social, o que contribui para complexificar a percepção e o sentido do ambientalismo. Este fenômeno pode ser denominado como "ambientalismo complexo multissetorial" (VIOLA & BOEIRA,op.cit.; VIOLA & LEIS:1991b). Nas palavras de VIOLA & BOEIRA (op.cit.:01):

"O ambientalismo complexo-multissetorial (...) emerge na história como uma visão de mundo, um sistema aberto de valores/práxis, constituído por setores sociais que ainda não se reconhecem nitidamente como partes de um todo."

Assim, o movimento ambientalista, tomado nesse sentido, pode ser encontrado, tanto em estruturas governamentais, quanto em organizações não-governamentais, grupos comunitários, comunidade científica e empresariado. Este fenômeno de expansão do ambientalismo é perceptível, principalmente, a partir da década de 80. É neste período que, no Brasil, surgem muitos atores sociais com uma visão de mundo ambientalista.

De acordo com VIOLA & BOEIRA(op.cit.),embora estes distintos atores se manifestem em temporalidades e ritmos históricos

diferentes, existem - "sinais de intercomunicação/aproximação" entre os mesmos.

Também na década de 80, torna-se mais perceptível no país, o crescimento da devastação ambiental, por um lado, e por outro, também cresce a consciência social frente às questões ambientais.

Mas afinal, o que mudaria na perspectiva dos grupos ambientalistas "strictu sensu" com o processo de "multissetorialização"?

Caberia, então, trazermos algumas considerações sobre essa mudança de cenário na discussão e solução das questões ambientais: de um espaço mais localizado entre movimento ambientalista "strictu sensu" e Estado, passa-se para um outro espaço, disseminado entre distintos setores sociais. Relembrando que o nosso estudo de caso se propõe, justamente, a registrar um momento de passagem na redefinição do papel a ser desempenhado pelos grupos ambientalistas, especificamente, frente a este contexto.

1.1.1. O Ambientalismo na Perspectiva da "Multissetorialização"

O campo do ambientalismo brasileiro foi se constituindo através das relações dinâmicas entre, Sociedade e Estado, embora os atores envolvidos pouco tenham detectado este fenômeno. Como descrevem VIOLA & LEIS (1991a;13): "os atores estatais e sociais se precisam mutuamente para construir suas identidades, embora, paradoxalmente, não possam 'tomar consciência' do fato, a risco de 'perdê-las'."

Esta relação que seria ao, mesmo tempo, complementar e contraditória, contribuiria na definição da problemática ambiental, calcada no controle da poluição urbano-industrial e agrária, assim como, na preservação dos ecossistemas naturais. Ainda de acordo com VIOLA & LEIS(1991a), na década de 70 podemos nos referir à estruturação do ambientalismo enquanto um movimento "bissetorial", no sentido de se apresentar como um ambientalismo, basicamente, composto pelas associações ambientalistas e as agências estatais do meio ambiente.

O aspecto da complementariedade e contraditoriedade entre estes dois atores associa-se às formas simultâneas de cooperação e conflito. De um lado, as associações criticam as agências pela sua lentidão e condescendência para com os poluidores e estas, por sua vez, criticam a incompetência técnica das entidades, entre outros aspectos. Contudo, as associações ambientalistas sofreram estímulos para a sua formação e desenvolvimento provenientes da

própria criação das agências estatais de meio ambiente, cujo quadro de funcionários, em medida significativa, atuava nas associações (VIOLA & LEIS:1991a).

Entretanto, as relações entre Estado e entidades ambientalistas têm sofrido alterações, verificadas, principalmente, a partir dos anos 80. Até este momento, a dinâmica entre estes atores estabelecia-se, basicamente, de forma conflituosa, onde o aspecto fundamental para as entidades frente ao Estado, encontrava-se em torno do princípio de sua autoafirmação. O confronto era direto, sem uma maior distinção por parte dos ambientalistas, entre as agências estatais de meio ambiente e as demais agências (VIOLA & BOEIRA,op.cit.).

O confronto das entidades com o Estado se dilui nos anos 80 em função de alguns fatores; como a criação do CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente) em 81, a eleição de governadores em 82 e o processo da Constituinte em 86. Estes aspectos passam a se constituir em um problema político para as entidades que se defrontam com um Governo mais democrático cabendo a reavaliação do significado da autonomia do movimento (VIOLA & BOEIRA,op.cit.). Esta questão torna-se importante na redefinição do papel das entidades ambientalistas nos anos 90 e nosso estudo nos poderá mostrar algo neste sentido. Podemos dizer que o dilema cooperação/conflito se colocou presente para os movimentos

sociais em geral, no processo de transição democrática no Brasil, mas a especificidade dos movimentos ambientalistas é que, à medida em que se abrem canais para a escolha de soluções que minorem os problemas ambientais, estas escolhas não são apenas políticas, mas também, técnicas, o que gera mais dificuldades para as entidades, como no caso que aqui nos referimos, à propósito dos resíduos sólidos da cidade de Novo Hamburgo.

Nos anos 80 a diluição do aspecto confrontacional modifica a noção de autonomia, cujo sentido, passa a ser rechaçado como forma de isolamento, onde assim, o diálogo torna-se fundamental (VIOLA & BOEIRA, op: cit.).

Com a perspectiva do diálogo, passa a ocorrer uma influência recíproca entre o movimento ambientalista e as políticas das agências estatais, principalmente, no Sul e Sudeste do país (VIOLA:1991). Neste contexto, de um modo geral, as políticas públicas (5) referentes ao tratamento da questão ambiental, nas palavras de VIOLA(1991;24):

"(...) estão a meio caminho entre um discurso-legislação bastante ambientalizados e um comportamento individual-social bastante predatórios: por um lado as políticas públicas têm contribuído para estabelecer um sistema de proteção ambiental no país; por outro lado, o poder público é incapaz de fazer cumprir aos indivíduos e as empresas uma proporção importante da legislação ambiental."

Neste contexto, na década de 80 se verifica o crescimento da devastação ecológica no país e uma maior conscientização dos

problemas ambientais por parte da sociedade brasileira,(6) se manifestando uma opinião pública bem mais receptiva à problemática, embora o padrão de atuação das entidades ambientalistas mantenha-se ainda mais no âmbito da denúncia (VIOLA & LEIS:1991a).

Neste período também pode ser percebida uma mudança de comportamento, por parte de empresários e consumidores, quanto a uma pequena incorporação da dimensão ambiental, assim como, um grande crescimento de mecanismos legislativos para a sua proteção, embora, com baixa implementação prática (VIOLA & BOEIRA,op.cit.)

Com o processo de "multissetorialização" da questão ambiental nos anos 80, se percebe uma maior preocupação por parte das entidades pela profissionalização, como já salientado, cabendo, entretanto, ressaltar aspectos da dinâmica instaurada entre os distintos atores. Neste sentido, citamos VIOLA & LEIS(1991: 15):

"A emergência de um movimento ambientalista complexo quebra o isolamento e relação 'especular' que caracterizava ao bissetorialismo da fase anterior, afetando poderosamente a cada um destes setores que agora passam a intercambiar e receber influências e demandas de atores com dinâmicas mais profissionalizadas."

Especificamente, o ambientalismo "multissetorial" seria composto basicamente por cinco setores:

"(...) 1) as associações e grupos comunitários ambientalistas; 2) as agências estatais de meio ambiente; 3) o sócio-ambientalismo constituído por organizações não governamentais e movimentos sociais que têm outros objetivos precípuos, mas incorporam a problemática ambiental como uma dimensão relevante de sua atuação; 4) os grupos e instituições científicos que realizam pesquisas sobre a problemática ambiental; 5) um reduzido setor dos gerentes e do empresariado que começa a pautar seus processos produtivos e investimentos pelo critério da sustentabilidade ambiental." (VIOLA & LEIS:1991;14)

Complementando a percepção do fenômeno da "multissetorialização", podemos citar LOWE & GOYDER(op.cit.). Os autores, além de considerarem como parte do movimento ambientalista, os grupos ambientalistas, especificamente, consideram o que denominam de "público atento" (attentive public), ou seja, são - "aquelas pessoas que, embora não pertençam a qualquer dos grupos, compartilham seus valores. (...) Os grupos ambientais, portanto, são apenas um indicador de um movimento social mais amplo." (7)

A "multissetorialização" do ambientalismo também não está dissociada da forma com as entidades tem problematizado certas questões ambientais, como pelo fato de que, estes atores, especificamente, têm incorporado como ponto importante do debate ambiental, entre outros, a problemática do "desenvolvimento sustentável", cujo conceito tem ocupado - "uma posição central dentro do ambientalismo, particularmente depois da publicação do relatório da Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e

Desenvolvimento, 'Nosso Futuro Comum', em 1987 (vulgarmente conhecido como relatório 'Brundtland')." (VIOLA & LEIS:1991a;05)

Após percorrermos os principais fatores que compõe a perspectiva de "multissetorialização" do ambientalismo, processo que insere os grupos ambientalistas "strictu sensu", na redefinição de seus padrões de atuação, o que envolve reorientações do sentido da autonomia do movimento e das possibilidades de escolhas políticas e técnicas, descreveremos alguns aspectos dessas mudanças, através do caso aqui pesquisado. Dentro desta finalidade, comentaremos a seguir, aspectos contextuais do conflito em questão e a movimentação de seus atores principais.

NOTAS - CAPÍTULO 1

(1) Um panorama geral sobre a questão dos "novos movimentos sociais" na América Latina, Cf. SCHERER-WARREN, I & KRISCHKE, P. (org.): 1987.

(2) Não nos caberá aqui, entrar em aspectos mais específicos da composição de classe dos grupos pesquisados. Conforme já salientado, não é nossa pretensão entendermos historicamente e estruturalmente cada um desses grupos.

(3) De acordo com exposição anterior, os "novos movimentos sociais" rejeitariam a política tradicional, proveniente das instituições governamentais e partidárias e, afirmariam sua identidade em torno de um modo distinto de ação política, voltado para a democracia do cotidiano.

(4) Não encontramos a noção de "movimento histórico" de TOURAINE em apenas uma de suas obras, mas, citamos aqui, a referência do autor a este termo nos seguintes moldes:

"Os movimentos sociais opõem uma categoria social a uma outra, uma classe a uma outra, ao passo que os movimentos históricos põem em movimento a consciência nacional e mais amplamente, a consciência de pertencer a uma comunidade, da família à nação, passando pela etnia e pela coletividade local." (TOURAINE:1989;287)

(5) Em termos mais gerais, sobre políticas públicas e movimentos sociais no Brasil, principalmente em relação ao período autoritário e, conseqüente abertura política, cf. JACOBI:1989.

(6) Maiores considerações sobre aspectos da realidade socio ambiental latinoamericana nos anos 80, podem ser encontrados em VIOLA & LEIS(1991b) e VIOLA & BOEIRA(1989). Alguns aspectos a cerca da relação ambientalismo/regulações legislativas, Cf. SZASZ(1991).

(7) "(...) the attentive public: those people who, though they do not belong to any of the groups, share their values.(...)

Environmental groups, therefore, are only one indicator of the wider social movement." (LOWE & GOYDER, op.cit.;09)

CAPÍTULO 2 - CONTEXTUALIZAÇÃO DO CONFLITO EM QUESTÃO E SEUS PRINCIPAIS ATORES: O PROBLEMA DO LIXO NA VILA KRÖEFF

A região do Vale do Sinos, no Rio Grande do Sul, é composta de 26 municípios, apresentando-se como um pólo de desenvolvimento industrial, principalmente, no setor coureiro calçadista.

Como decorrência do processo de industrialização, a região concentra altos índices de poluição, tanto no que se refere à poluição atmosférica, quanto em relação à poluição das águas e do solo proveniente dos depósitos de resíduos líquidos e sólidos.

A situação tem se agravado, à medida em que o Vale do Sinos é abrangido pela bacia do Sinos, cujas águas banham 24 municípios, beneficiando cerca de um milhão de pessoas que, utilizam-se desta fonte natural, tanto para fins domésticos como para fins industriais.

A bacia localiza-se à leste do Estado do Rio Grande do Sul, numa área de 4.000 km², tendo o rio dos Sinos, um comprimento de aproximadamente 190 km. O rio é responsável por cerca de 25% da poluição do rio Guaíba que banha a região metropolitana de Porto Alegre e despeja suas águas na Lagoa dos Patos. (1)

O rio tem sido utilizado enquanto depósito de dejetos

domésticos e, principalmente industriais, o que significa que não tem ocorrido um tratamento adequado dos resíduos sólidos e líquidos na região.

Em 1958, Henrique Luis Roessler, um dos ambientalistas pioneiros no Vale do Sinos, já identificava o rio dos Sinos como um rio de esgoto. Roessler era funcionário da Capitania dos Portos do Rio Grande do Sul - setor rio dos Sinos, em São Leopoldo, onde, em 1955, funda com alguns companheiros a "União Protetora da Natureza" (UPN) uma das primeiras entidades brasileiras que visava congregar pessoas da comunidade para a defesa do ambiente natural. O trabalho de Roessler inspirou ações posteriores como a fundação da "Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural" (AGAPAN) de Porto Alegre e também a atuação de outros grupos ambientalistas do Vale do Sinos como o "Movimento Roessler Para Defesa Ambiental" e a "União Protetora do Ambiente Natural". (2)

A destinação final e tratamento dos resíduos sólidos (domésticos e industriais) tem sido problemática para muitos municípios brasileiros e o caso do Vale do Sinos não se constitui uma exceção, antes pelo contrário, a questão tem sido polemizada freqüentemente na região, enquanto questão ambiental e de saúde pública.

De fato, a deposição de resíduos sólidos tem sido

problemática, pois os mesmos se encontram, geralmente, em terrenos inadequados, formando os chamados "lixões". (3)

Os "lixões" se localizam muitas vezes, às margens do rio dos Sinos e de seus banhados, ocasionando sua contaminação, principalmente por metais pesados, como o cromo, decorrente da utilização destes elementos químicos pelos curtumes da região contaminando também o lençol freático.

De acordo com professores do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a comparação de uma foto aérea de 1965 com outra de 1978 da região do Vale do Sinos, demonstra uma ocupação do solo desordenada e caótica, através de instalações de loteamentos residenciais, industriais e de um aterro sanitário, mais especificamente, nas proximidades da cidade de Novo Hamburgo, como também o avanço de outros aterros sobre o banhado do Sinos.

Enquanto problema mais concreto do cotidiano de alguns moradores, os depósitos de lixo passaram a ser alvo de polemização entre moradores, técnicos, poder público, Justiça e ecologistas, durante o ano de 1989, em Novo Hamburgo. Personalismos, intrigas e rivalidades não faltaram no processo de discussão da situação, o que não nos caberia destacar.

A questão teve grande repercussão na imprensa regional. Na época, o então aterro sanitário, considerado "lixão", localizava-

se na vila Kröeff, bairro Santo Afonso, cerca de 800 ms do rio dos Sinos e, segundo dados da Empresa de Serviços Intermunicipais - ESINTER, o aterro recebia 180 toneladas diárias de lixo hospitalar. O aterro já possuía mais de dez anos de existência.

A situação determinou o surgimento da associação de moradores local - a "Associação de Moradores da Vila Kröeff" que no início de 89 passou a existir juridicamente, segundo moradores, por própria sugestão do prefeito para um encaminhamento mais adequado do principal fator mobilizador destas pessoas na ocasião: o problema do "lixão", que também propiciou o surgimento e consolidação de um grupo ecológico na cidade - O "Terraguar Associação Ecológica".

O "lixão" tornou-se alvo de protestos e mobilizações em prol da não-contaminação do banhado, através do acionamento de uma ação civil pública. A ação foi movida por associação ecológica de cidade vizinha, a UPAN - "União Protetora do Ambiente Natural", de São Leopoldo. Para contextualizarmos a atuação das entidades ambientalistas envolvidas apresentaremos a seguir, os principais fatos do que já estava sendo denominado pelos ecologistas de a "novela do lixão".

Apesar do acúmulo de resíduos sólidos e tratamento inadequado dos mesmos ser um problema antigo no Vale do Sinos, é em abril de 89 que o poder público do município de Novo Hamburgo,

cidade com cerca de 250 mil habitantes, se vê pressionado de forma mais contundente a tratar a questão. Este momento coincidiu com o início da gestão de Paulo Ritzel, do PMDB.

Neste período, o juiz Miguel Ângelo da Silva, diretor do Fórum de Novo Hamburgo, determinou a interdição do "lixão" municipal alegando ser uma questão ecológica e de saúde pública. A interdição passaria a contar a partir do dia 10 de julho daquele ano. Tal atitude foi decorrência de um pedido do promotor Orci Bretanha, através de representação do ecologista Carlos Aveline, presidente da "União Protetora do Ambiente Natural"-UPAN.

O depósito ficava em uma área alagadiça do rio dos Sinos e, em época de cheias, a água acabava atingindo o lixo contribuindo para o agravamento da poluição do rio.

Foi em função dessa situação que a "Upan", com base na lei dos interesses difusos (Lei Federal nº 7347), enviou representação ao promotor Bretanha, solicitando-lhe a interdição do chamado "lixão" do município.

Diante de tais circunstâncias, a Prefeitura solicitou ao promotor que a denúncia fosse arquivada por seis meses, também solicitando à Secretaria de Habitação e Meio Ambiente do município que marcasse uma reunião com os ecologistas do "Movimento Roessler Para Defesa Ambiental", entidade ecológica da

cidade, para discutirem a questão.

O chefe do Departamento de Meio Ambiente da Secretaria de Habitação e Meio Ambiente, Udo Sarlet, propôs ao prefeito a abertura de uma vala para separar o lixo do banhado. A intenção era implantar uma usina de lixo na cidade, incinerando-o e tornando-o reaproveitável.

Em reunião com os ecologistas do "Movimento Roessler", o prefeito apresentou a proposta de mudar o depósito de lixo da vila Kröeff para o bairro Roselândia, em uma área de 16 hectares, o que estaria na dependência de estudos técnicos.

O pedido de alteração do prazo para remoção do depósito não foi atendido pelo promotor Bretanha que solicitou a suspensão imediata do dique que a Prefeitura estava construindo na área, assim como, a mudança do local do lixo em 30 dias e pagamento de uma indenização para recuperação do meio ambiente. Segundo o promotor, a construção do dique não representava uma solução apropriada, além do que, estava sendo construído sem o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).

No início do mês de maio, o juiz Miguel Ângelo da Silva avaliou o pedido do promotor deferindo liminar de interdição no depósito de lixo do município, devendo a Prefeitura remover o lixo para área emergencial ou definitiva, a partir do dia 10 de julho. Em caso de descumprimento da sentença, seria paga uma

multa diária de 100 salários mínimos de referência.

Neste contexto, o "Movimento Roessler" chamou um debate público para esclarecer a população sobre o problema do lixo, convidando entre outros, o prefeito, representantes da Empresa de Serviços Intermunicipais (ESINTER), vereadores e população em geral.

Também no mês de maio, o prefeito se reuniu com um contato ligado ao agrônomo e ambientalista, José Lutzenberger para discutir uma alternativa que evitasse a poluição do rio dos Sinos pelo lixo, assim como, uma devida assessoria por parte de Lutzenberger. Deste modo, a Prefeitura de Novo Hamburgo definiu-se por instalar um projeto piloto de criação de um aterro sanitário com uma estação de compostagem de lixo domiciliar que, viria a localizar-se numa área do distrito de Lomba Grande, a 7km do centro de Novo Hamburgo.

O lixo seria separado por catadores organizados em uma cooperativa sem vinculação com a Prefeitura, mas com o gerenciamento de um funcionário do município.

Com a entrada de Lutzenberger no encaminhamento da questão, a "Upa" de São Leopoldo, passa a dirigir uma série de questionamentos a Lutzenberger quanto ao seu possível trabalho de assessoria à Prefeitura, o que repercutiu em várias entidades ambientalistas, basicamente do Estado.

A Empresa de Serviços Intermunicipais também apresentou seu projeto de incineração do lixo de Novo Hamburgo e cidades vizinhas como Estância Velha, Campo Bom, Dois Irmãos e Sapiranga.

Após recorrência ao Departamento do Meio Ambiente (DMA) do Estado, no fim do mês de junho, a "Upan" enviou representação ao delegado do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) no Rio Grande do Sul, (4) para solicitar a interdição administrativa do depósito de lixo na vila Kröeff, posto que, até então, nenhuma medida concreta teria sido tomada pelo poder público na destinação dos resíduos sólidos. Neste período, o juiz Miguel Ângelo da Silva da 2ª Vara Cível do Fórum de Novo Hamburgo, havia concedido mais três meses de prazo para a Prefeitura encontrar uma nova área para o depósito de lixo municipal, considerando as dificuldades encontradas pelo poder público para a definição de um novo local. O prazo passou então, para 1º de outubro com manutenção da multa diária de 100 salários mínimos em caso de descumprimento.

Entretanto, com o pedido da "União Protetora do Ambiente Natural" (UPAN), o depósito da vila Kröeff é embargado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, ficando ainda, um prazo de 30 dias para evitar a contaminação do rio, através da recomposição do antigo depósito. Qualquer pessoa que depositasse material no local seria

presa em flagrante, tendo que responder inquérito na Polícia Federal.

Por outro lado, a Prefeitura decide colocar em funcionamento um incinerador para o lixo hospitalar a fim de incinerar lixos de 125 fontes produtoras, entre hospitais, farmácias e clínicas.

Devido ao embargo do IBAMA, em julho foram apreendidos quatro caminhões, duas máquinas da Prefeitura e outros veículos que jogavam lixo na vila Kröeff. Junto com o delegado regional do IBAMA, Carlos Knorr, estavam integrantes da "Upan" e soldados da Brigada Militar. A legalidade da apreensão foi discutida após a chegada do Secretário de Habitação e Meio Ambiente de Novo Hamburgo, Hélio Feltes. O poder público intencionava colocar o lixo provisoriamente em Lomba Grande, embora, sob protestos dos moradores.

Neste contexto, o prefeito Paulo Ritzel acusava a morosidade do Departamento do Meio Ambiente da Secretaria Estadual de Saúde, para aprovação de um novo local.

No início de agosto, José Lutzenberger aceitou o convite de Paulo Ritzel para assessorar a Prefeitura de Novo Hamburgo no tratamento do lixo industrial e doméstico e também na instalação de um projeto piloto de tratamento do arroio Pampa, afluente do Sinos.

Lutzenberger avalia que, sendo o material depositado no

"lixão" constituído, principalmente, de resíduos das indústrias de calçados e de curtumes, poderia ser reciclado no próprio local onde se encontrava, ou seja, na vila Kröeff, desde que, fosse evitada a contaminação do rio. O prefeito apresenta o projeto de saneamento da área ao Secretário de Saúde e Meio Ambiente do Estado, Antenor Ferrari, no início de setembro. À pedido do prefeito, a ESINTER - Empresa de Serviços Intermunicipais, se retirou do projeto de recuperação da área do "lixão". A proposta de Lutzenberger gerou protestos advindos da "União Protetora do Ambiente Natural", que passou a contar com o apoio de distintas entidades ambientalistas.

É também no mês de setembro que a "Associação de Moradores da Vila Kröeff" passa a se mobilizar com maior intensidade estabelecendo contatos, principalmente, com a "Upan", de São Leopoldo e com a "Terraguar Associação Ecológica", de Novo Hamburgo. A associação de moradores foi fundada em maio de 89, principalmente em função do problema do lixo em banhado próximo. Segundo moradores, o próprio prefeito teria sugerido a sua formação nos termos jurídicos, para melhor encaminhamento do problema. (5)

A associação encaminhou abaixo-assinado ao poder público e ao juiz de Novo Hamburgo para protestar contra a continuidade dos depósitos na Kröeff, apelando para o cessamento dos mesmos. Com a

apresentação do projeto de Lutzenberger ao prefeito ("Plano de Ação Para a Solução do Problema do Lixo em Novo Hamburgo"), o abaixo-assinado foi também entregue a Lutzenberger para uma mudança de sua postura e transferência do "lixão" da vila Kröeff.

A Prefeitura solicitou ao Tribunal de Justiça do Estado, a suspensão da medida de interdição do depósito por seis meses. Para surpresa do próprio prefeito, a liminar foi suspensa pelo Tribunal de Justiça. Ainda no mês de setembro foram assinados os contratos entre Prefeitura e a empresa de Lutzenberger, que trabalha com reciclagem e adubo orgânico, a "Vida Produtos Biológicos".

Para reforçar a reivindicação contrária à manipulação de resíduos no depósito da vila Kröeff, a "Upan" solicitou ao COMITESINOS (Comitê de Preservação e Gerenciamento e Pesquisa da Bacia do rio dos Sinos) um parecer contrário à manipulação de lixo próximo à cursos d'água e áreas inundáveis. (6)

A "Upan" também enviou ao Procurador Geral de Justiça, Paulo Olímpio Gomes de Souza, solicitação para verificação da validade da revalidação do prazo dado pela Justiça para o cessamento dos depósitos no "lixão".

No início do mês de outubro, ecologistas da "Terraguar Associação Ecológica" e da "União Protetora do Ambiente Natural", conjuntamente com a "Associação de Moradores da Vila Kröeff",

promoveram uma "caminhada sobre o lixão", fruto de discussões durante o "I Encontro Ecológico de Canudos", com participação de moradores, professores, estudantes, vereadores do PT de Novo Hamburgo, membros da Igreja Eclesial de Base - IECLB, e membros da "Upan", entre outros. Todos se posicionaram contrários a permanência do "lixão" na vila Kröeff. Durante a caminhada sobre o "lixão", o pastor Hélio Pacheco, da "Terraguar", dirigiu uma cerimonia religiosa no local do depósito de lixo.

Ainda em outubro, novos protestos ocorreram no local do "lixão", como o fechamento com toras e um latão no acesso ao local, significando uma interdição simbólica. Participaram moradores e ecologistas da "Upan" e da "Terraguar".

Para alcançar seus propósitos, a "Upan" também enviou representação ao Coordenador das Promotorias de Defesa Comunitária, Ariovaldo Perrone, com base na lei dos interesses difusos (Lei 7347) para que fosse mantida a área de preservação permanente do rio dos Sinos, na vila Kröeff.

Neste período ainda foi organizado um debate público pelo "Movimento Roessler" para elucidar as dúvidas sobre o depósito de lixo na vila Kröeff. Além de representantes do "Roessler", participaram representantes da "Upan", representantes das empresas de Lutzenberger ("Vida Produtos Biológicos" e "Tecnologia Convivial") e outros grupos comunitários como a

"Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural" (AGAPAN), de Porto Alegre, "Terraguar Associação Ecológica", "Fundação Pró-Parque" de Novo Hamburgo, "Associação de Moradores da Vila Kröeff", alguns vereadores e o chefe do Departamento de Meio Ambiente e o secretário de Turismo do município.

Ainda em outubro, por solicitação do poder público, o Tribunal de Justiça do Estado, concede mais 60 dias para o cessamento dos depósitos de lixo na vila Kröeff. Durante este mês, a condenação de manejo de resíduos no local, ainda ganhou a adesão do, então presidenciável, Fernando Gabeira (Partido Verde), que havia visitado o local.

Já no início de novembro, a Prefeitura desapropriou uma área de 06 hectares na vila Roselândia para que ali fosse implantada uma central de reciclagem e compostagem. A área foi aprovada pelos organismos ambientais competentes sem oposição dos grupos ecológicos. Entretanto, o fato gerou protestos dos moradores da Roselândia que, passaram a se mobilizar defendendo a continuidade do depósito na Kröeff ou então, sua transferência para Lomba Grande.

Após ter esgotado o prazo do Tribunal de Justiça, a Prefeitura conseguiu mais 15 dias para a liberação dos despejos de lixo no local. Vencendo o prazo da Justiça de proibição do depósito de resíduos na Kröeff, o mesmo é tomado por um grande

incêndio, que foi registrado na polícia por ter sido considerado suspeito, do ponto de vista do poder público.

No bairro Roselândia, a Prefeitura passou a investir em uma central de reciclagem para o lixo doméstico e outra para o lixo industrial, no bairro Rondônia, passando a entregar aos empresários hamburgueses tickets para que depositassem os resíduos industriais de suas empresas na central de reciclagem e compostagem de cerca de 40 toneladas por dia de lixo industrial.

No início de janeiro de 1990, a Prefeitura já tinha perdido o controle sobre a destinação dos resíduos sólidos das empresas o qual, anteriormente, era depositado na Kröeff. Os empresários passaram a deixar o lixo nos pátios das empresas para sua incineração ou, então, o colocavam em lixões clandestinos. Por outro lado, também os moradores do bairro Roselândia não estavam aceitando os trabalhos de reciclagem naquela área, através do que então, passou a ser conhecido como "Reciclação".

A "Upan" enviou correspondência ao DMA para realização de vistoria no local, à pedido dos moradores, pois apesar dos trabalhos terem sido iniciados em dezembro, em fevereiro, a área ainda não contava com energia elétrica e nem água, possibilitando a proliferação de moscas varejeiras e mau-cheiro.

O processo de reciclagem favoreceu, posteriormente, a criação da "Cooperativa dos Recicladores da Grande Porto Alegre"

(RECICLAR), composta por 50 famílias que passaram a vender os materiais aproveitáveis encontrados no lixo doméstico hamburguense.

Para os ambientalistas, de um modo geral, a polêmica sobre o "lixão", acabou em um "final feliz", com o funcionamento do "Reciclão", que, embora com suas precariedades, passou a favorecer o processo de uma destinação mais adequada dos resíduos sólidos do município de Novo Hamburgo. Voltaremos a comentar os resultados desse processo, posteriormente.

Após termos descrito os principais fatos e contextualizarmos os principais atores envolvidos no processo de discussão do "lixão", centraremos nossa análise na atuação das entidades ambientalistas - "Upan", "Movimento Roessler Para Defesa Ambiental" e "Terraguar Associação Ecológica", nas suas relações entre si e com o poder público. Inicialmente, apresentaremos alguns dados gerais sobre estas entidades, delineando suas características básicas para contextualização das mesmas na dinâmica em questão.

2.1. "Upan", "Movimento Roessler" e "Terraguar": Algumas Semelhanças

"Upan", "Movimento Roessler" e "Terraguar" são entidades ambientalistas que atuam enquanto associações comunitárias sem fins lucrativos. Estas entidades apresentam caráter autônomo no sentido de não serem organizações vinculadas à algum tipo específico de instituição, como as de caráter governamental ou partidário. Neste sentido, se consideram "suprapartidárias", embora seus integrantes possam apresentar suas preferências, o que inclui, a participação ou filiação a algum partido político.

Estamos diante de entidades ambientalistas institucionalizadas, posto que, são registradas juridicamente.(7) Estes grupos costumam apresentar uma média de 15 militantes, ou seja, pessoas que freqüentemente participam das campanhas e atividades da entidade. Semanalmente são realizadas reuniões, onde são encaminhadas as principais atividades, geralmente registradas em atas. As assembléias gerais são também um ponto de referência para o encaminhamento de decisões mais importantes, como as eleições para os cargos de coordenação. Quanto ao espaço para funcionamento das entidades, estes são cedidos por alguma instituição.

Para a arrecadação de verbas, é comum a venda de camisetas, decalcos, material informativo, realização de pedágios, além de contarem com a contribuição de associados.

A atuação destas entidades se manifesta, principalmente no

âmbito local recebendo queixas e denunciando as variadas formas de degradação ambiental, principalmente em relação à poluição do ar, da água e do solo, sendo a preservação ambiental, um ponto de partida a ser considerado, onde a exigência do cumprimento da legislação ambiental é um pressuposto básico para o alcance dos objetivos básicos das associações.

Para o encaminhamento dos objetivos propostos, os abaixo-assinados, as passeatas e outras manifestações de rua, assim como, a utilização da imprensa, são táticas utilizadas comumente. Em relação à imprensa, os grupos ambientalistas têm sido favorecidos, principalmente a partir do final dos anos 80, com a ocorrência de um maior interesse deste meio de comunicação em torno das atividades ambientalistas, basicamente em função de um grande número de denúncias fundamentadas e o crescimento da crise ecológica em todo mundo (VIOLA & BOEIRA, op.cit.). (8)

Os grupos, eventualmente, também costumam realizar palestras em escolas com mostras de slides e vídeos, posto que, consideram como um de seus objetivos primordiais, o trabalho de educação ambiental. Outro aspecto a ser considerado, é a constante fiscalização no combate de atividades de depredação ao ambiente natural, daí que possuem militantes que atuam como fiscais voluntários do IBAMA, tendo o poder de fazer apreensões nos casos de desacato à legislação ambiental.

"Upan", "Movimento Roessler Para Defesa Ambiental" e "Terraguar Associação Ecológica" apresentam como uma de suas prioridades básicas, a despoluição do rio dos Sinos e de seus arroios, o que se relaciona a preocupação com a destinação e tratamento de resíduos sólidos e líquidos. Neste sentido, a luta contra a poluição proveniente dos curtumes da região tem estado presente nas atividades das entidades em determinados momentos de sua história.

Os grupos também atuam conjuntamente com outras entidades ambientalistas e com outras entidades comunitárias, principalmente, associações de moradores que costumam procurá-los para alguma denúncia e pedido de auxílio no encaminhamento de questões específicas.

No âmbito estadual, há uma presença constante das associações nos encontros anuais com as demais entidades ambientalistas do Estado (Encontros Estaduais de Entidades Ecológicas Gaúchas). Além da preocupação com a organização do movimento ecológico gaúcho e também nacional (questão que varia em intensidade para os três grupos), consta de sua agenda de questões, discussões sobre política ambiental estadual e federal. Também tem crescido a discussão sobre a noção de "desenvolvimento sustentável".

No pensamento de seus militantes está presente a crítica ao

modelo de civilização atual, baseado no consumismo e depleção dos recursos naturais. Acreditam que qualquer mudança mais profunda neste quadro, pressupõe uma mudança nos indivíduos, em seus valores e comportamentos.

Em relação à problemática ambiental no Brasil, esta é relacionada, tanto ao aspecto educacional e baixo grau de consciência ecológica, como à falta de uma política ambiental efetiva.

A seguir, descreveremos algumas peculiaridades de cada entidade.

2.1.1. "União Protetora do Ambiente Natural": A Atuação "Legalista"

Em 13 de julho de 1971, surge em São Leopoldo, cidade localizada no âmbito da região metropolitana de Porto Alegre, um núcleo da recém fundada "Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural" - AGAPAN - que, posteriormente, passou a denominar-se "União Protetora do Ambiente Natural". (9)

Principalmente no decorrer dos anos 80, o núcleo da AGAPAN, em São Leopoldo, passa a se consolidar enquanto uma entidade

própria e com atuação diferenciada, não apresentando qualquer vínculo concreto com a AGAPAN, fundada em Porto Alegre.

Em 30 de novembro de 1987, o núcleo de São Leopoldo passa a denominar-se "União Protetora do Ambiente Natural" - UPAN - com inspiração em Henrique Luis Roessler, fundador da "União Protetora da Natureza" - UPN. A mudança de nome foi o resultado de confusões nos meios de comunicação, posto que, as duas entidades apresentavam a mesma sigla, mas com posturas e formas de atuação distintas.

A "Upan" é uma entidade com cerca de 80 associados, contando com a participação de, principalmente, estudantes e professores, onde a maioria de seus integrantes não possuem vinculações com algum outro tipo de associação ou partido político, segundo cadastramento de associados (a associação sempre procurou salientar o seu caráter suprapartidário).

A entidade funciona em local cedido pelo Círculo Operário Leopoldense, ligado à Igreja Católica, que tem desenvolvido trabalhos comunitários em função das camadas mais baixas da população.

No âmbito da organização interna, as responsabilidades principais se dividem hierarquicamente pelos membros de diretoria eleitos regularmente nas assembléias gerais, constando assim, os cargos de - presidente, vice-presidente, 1º e 2º secretários,

tesoureiro e alguns conselheiros. Observa-se uma centralização maior na figura do presidente, o qual trabalha em tempo integral para a entidade e possui maior acesso aos meios de comunicação e instituições públicas em geral. Neste sentido, a "Upan" ainda apresenta uma das características própria da fase "ambientalista", conforme as considerações de VIOLA(1987), no âmbito de referência da teoria dos "novos movimentos sociais". A entidade tem buscado uma participação mais igualitária na tomada de decisões e distribuição de tarefas, mas ainda sem muito sucesso.

Em termos financeiros, a "Upan" é uma das entidades ecológicas mais bem estruturadas no Rio Grande do Sul. Possui telefone, máquina de escrever elétrica, máquina de xerox, barco, vídeo-cassete e fax-símile, o que possibilita sua atuação de forma mais rápida e eficiente, em termos de comunicação com instituições, imprensa e demais entidades.

Além disso, possui dois funcionários assalariados, que trabalham em tempo integral para a associação, especificamente, um coordenador de campanha de nível superior e um assistente, o que pode variar em função dos projetos que estiverem em andamento.

Há projetos referentes à despoluição da Bacia do Leste do Rio Grande do Sul; no caso da despoluição do rio dos Sinos, o projeto está na segunda fase (a 1ª fase foi de 1987 a 1990). Este

tipo de projeto tem sido financiado pela Igreja Católica, através da entidade "Misereor". A 2ª fase do projeto também conta com doações da Fundação "Damien" com sede em Londres. A Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil - IECLB, também financia projetos da "Upan", através da entidade "Pão Para o Mundo" que coleta doações para ações de solidariedade aos povos do "Terceiro Mundo", entre os cristãos evangélicos da Alemanha.

Os projetos costumam prever um financiamento de três anos. Também está em andamento um projeto sobre política ambiental com verbas do "Rain Forest Action Network", dos EUA e da Fundação "Damien".

Durante o ano de 89 e 90 também foi realizada uma pesquisa sobre o "fumo", com doações da "Coalizão Pelo Meio Ambiente e Desenvolvimento" da Finlândia. Há ainda um projeto para defesa dos "Rios Gaúchos" com verbas da entidade "Pão Para o Mundo".

A "Upan", além de atuar localmente, também se mobiliza em torno de questões regionais, estaduais, nacionais e internacionais. No plano internacional, mantém contato com diversas entidades, com participação, eventual, em encontros em outros países, tendo a representação de seu presidente.

A recuperação do rio dos Sinos, tem sido uma das principais prioridades da entidade, através do chamado "Programa de Sete Pontos". O Programa discrimina sete itens básicos que devem ser

enfrentados para o processo de despoluição do rio.

De acordo com VIOLA & BOEIRA(op.cit.) a "Upan" poderia ser considerada uma entidade semiprofissional, embora, de acordo com nossos dados, sua estruturação tem apresentado características mais profissionalizadas. Neste sentido, através da arrecadação de verbas, tem se tornado viável o estabelecimento de alguns projetos na área ambiental, conforme nos referimos anteriormente. A "Upan" também é a única das entidades em questão que neste contexto, deixa claro uma certa hierarquia de objetivos. Este aspecto está associado a uma certa estratégia de valorização da eficácia pontual das lutas, o que implica na delimitação de seus objetivos em função da obtenção de vitórias à curto prazo.

Quanto ao "Programa dos Sete Pontos", este foi lançado em 1986 enquanto um programa para salvar o rio dos Sinos. Em síntese, os sete pontos, em termos das metas a serem atingidas com a referida finalidade, são:

1. Tratamento primário dos efluentes por parte dos curtumes.
2. Tratamento secundário de efluentes por parte dos curtumes.
3. Tratamento de efluentes em outros setores industriais.
4. Tratamento dos esgotos urbanos.
5. Reciclagem do lixo urbano e industrial.
6. Fim do desmatamento e reflorestamento das margens do rio e afluentes.

7. Administração de bacia.

Como pode ser percebido, um dos itens se refere à necessidade de reciclagem do lixo urbano e industrial, tendo como meta inicial, o afastamento do lixo da beira do rio. Em função desta prioridade, a "Upan" tem solicitado várias interdições de "lixões" em vários municípios do Vale do Sinos.

Em torno do problema do lixo, a entidade costuma promover mutirões de limpeza, coleta de material para reciclagem, palestras em escolas e divulgação de material informativo sobre o tema, entre outros aspectos.

Para o atendimento de seus propósitos, tem sido comum que a "Upan" procure órgãos públicos, à nível do executivo, no âmbito municipal, estadual e federal, para solicitar, desde informações, até a tomada de providências. A entidade já encaminhou, através do Ministério Público, cerca de, no mínimo, 15 processos e inquéritos civis (estaduais e federais), como nos casos de descaso pelas questões ambientais no Rio Grande do Sul, por parte do Governo Estadual, onde se insere a poluição causada por curtumes na região do Vale do Sinos.

Desta forma, das entidades em questão, a "Upan" é aquela que de forma mais explícita desencadeia grande parte das suas lutas em torno das exigências de cumprimento da legislação ambiental em todos os âmbitos, daí destacarmos o seu caráter "legalista". Esta

postura não está desvinculada de uma atuação ligada ao confronto direto com instituições governamentais, a qual se apresenta em variadas situações.

2.1.2. "Movimento Roessler Para Defesa Ambiental": A Atuação "Consensualista"

O "Movimento Roessler Para Defesa Ambiental" surgiu a partir de um encontro de "Preservação do Meio Ambiente" em Novo Hamburgo, dia 07 de julho de 1978, onde alguns alunos da Fundação Evangélica decidiram fundar o grupo. A entidade, entretanto, só foi registrada juridicamente em 19 de novembro de 1986. Neste período, após uma fase de pouca atividade verificada a partir de 82, ocorre uma reestruturação através da intensificação de suas atividades. Como consta no próprio nome, a figura de Henrique L. Roessler também foi fonte de inspiração para o trabalho desta associação.

A entidade possui cerca de 130 associados cadastrados, a maior parte contribuindo financeiramente. Participam das atividades do "Roessler", principalmente estudantes e profissionais liberais ou funcionários de instituições com nível

superior, contando ainda com a presença de dois vereadores (PDT e PT) no quadro de associados, segundo cadastramento. Entre os militantes, encontra-se uma pequena proporção de simpatizantes ou filiados à partidos considerados de "esquerda".

A entidade funciona em uma sala cedida pela Prefeitura, tendo uma pessoa com disponibilidade de meio período para o atendimento ao público. Também possuem telefone, mas seus recursos financeiros são escassos, provenientes, basicamente de associados e de campanhas eventuais.

O "Roessler" pode ser considerado como um grupo ambientalista do tipo amador, de acordo com as caracterizações descritas por VIOLA & BOEIRA(op.cit.). Neste contexto, esta é a única das três entidades que não tem se colocado a perspectiva da profissionalização. Não apresentam qualquer plano para o desenvolvimento de projetos financiados por outras instituições, alegando um certo receio à uma situação de "atrelamento" e "dependência" nestas circunstâncias.

Em relação à sua organização interna, formalmente, constam nos estatutos, os cargos de presidente, vice-presidente, 1º e 2º secretários e tesoureiro, contudo, nos últimos três anos a entidade tem optado pela atuação em forma de coordenações, onde cinco coordenadores dividem as responsabilidades em torno das principais atividades.

A entidade também se manifesta em questões de âmbito regional, estadual e nacional, em menor escala; os assuntos internacionais pouco são enfatizados.

A preservação e o crescimento do número de áreas verdes, sempre estiveram presentes nas reivindicações do "Roessler", inicialmente, através da luta contra a poda das árvores, e nos últimos anos, uma das principais lutas, ocorreu em função da compra pelo poder público, de uma área de grande valor ecológico, no perímetro urbano da cidade, para o usufruto da comunidade (o chamado "Parcão", que foi conquistado em 89).

A despoluição do rio dos Sinos também é uma das principais lutas do "Movimento", conforme já mencionado, sendo que durante o ano de 1987, o "Roessler" atuou conjuntamente com a "Upan", em campanha de despoluição do rio (campanha - "Rio Que Te Quero Limpo"), contudo, o trabalho entre as duas entidades, durou alguns meses apenas, devido à divergências na condução da campanha.

Em muitas circunstâncias, nas suas promoções, o "Roessler" se vale de recursos artísticos, como as artes plásticas. Principalmente, a partir de 88 é que tem ocorrido uma maior preocupação do grupo com a organização interna do movimento ecológico gaúcho. Em 88 o "Roessler" lançou o "Programa Verde: Por Uma Política Ambiental Para Novo Hamburgo". Seu objetivo era,

a partir da visão da entidade, discutir os principais problemas ambientais da cidade apresentando suas alternativas para os candidatos à Prefeitura. Em função deste propósito, ocorreu um debate público, em outubro de 88 com a participação dos candidatos do PDT, PDS, PT, e PMDB.

Constam do Programa, os itens: política habitacional; política agrícola; política de manejo de áreas verdes; educação ambiental; fiscalização; viabilização de uma política ambiental democrática e, por fim, política de desenvolvimento urbano.

Neste último item, constam propostas para a coleta e destinação final do lixo através da criação de pequenas usinas de reciclagem e compostagem, assim como, incentivo à separação domiciliar do lixo, criação de cooperativas entre separadores, a fim de comercializar o material reciclado. Também já constava como demanda do "Roessler" a promoção de educação nas escolas sobre reaproveitamento do lixo e solicitação da suspensão do "aterro sanitário" da vila Kröeff, em Novo Hamburgo.(10)

O "Roessler" está aqui sendo relacionado à uma atuação de caráter "consensualista" porque, como veremos em nosso estudo, se apresenta como uma entidade que procura ampliar o diálogo com outros setores sociais em torno de um consenso à cerca da solução de problemas ambientais.

2.1.3. "Terraguar Associação Ecológica": A Atuação de Caráter "Populista"

A "Terraguar Associação Ecológica" de Novo Hamburgo, foi registrada juridicamente em 13 de julho de 1989, a partir do trabalho inicial de alguns militantes que faziam parte da "Upan", onde, durante alguns meses, funcionou um núcleo da entidade no bairro de Canudos, em Novo Hamburgo.

Neste bairro, um dos iniciantes deste trabalho, foi um pastor da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), Hélio Pacheco, que coordenava um grupo de estudos bíblicos da Comunidade Evangélica de Canudos que se reunia semanalmente.

Devido à necessidade de desenvolvimento de um trabalho prático na comunidade, passaram a surgir diversos temas para discussão, enquanto problemas que a comunidade enfrentava, como o problema da violência, da moradia, da falta de creches, da falta de saneamento e o problema da poluição, entre outros. A partir destas discussões, surgiu o grupo de ecologia que, contou, inicialmente com o auxílio e assessoramento da "Upan", até que se consolidou enquanto entidade autônoma.

Neste contexto, a polêmica em torno do depósito de lixo na vila Kröeff contribuiu para a estruturação e consolidação da

entidade que, sentiu a necessidade de se posicionar sobre o assunto.

O "Terraguar" possui cerca de 45 associados. Das três entidades é a que possuía, inicialmente, a infraestrutura mais precária. Não tinham sala própria, nem telefone ou funcionários para atendimento ao público. As reuniões semanais costumam se realizar em sala da Comunidade Evangélica do bairro.

Além da contribuição financeira de alguns associados, que é pequena, contavam com eventuais doações e empréstimos. As doações se concretizavam, principalmente em trabalhos de assessoria realizados em acampamentos promovidos pela Igreja em cidades do interior do Estado, onde diversas entidades são convidadas para participar e fazer palestras sobre temas específicos.

Durante o ano de 91 estava sendo encaminhado, através da EICLB, um projeto à entidades da Europa, para arrecadação de verbas, cujos propósitos referem-se à despoluição do arroio Pampa e arroio Peri, afluentes do rio dos Sinos, incluindo um trabalho de educação ambiental e liberação de duas pessoas para trabalharem em tempo integral para a entidade.

O "Terraguar" enquanto entidade amadora, está em processo de tornar-se semiprofissional, através da concretização da implementação do referido projeto. Segundo dados de 1992, o projeto para recuperação do arroio Pampa, está em andamento,

através de verbas provenientes da Alemanha, possibilitando a liberação de duas pessoas para o trabalho em tempo integral.

Durante a formação do grupo, uma das principais preocupações que surgiram foi com a poluição do arroio Pampa que atravessa o bairro Canudos, tendo às suas margens muitos favelados. O arroio é poluído, principalmente pela atividade de curtumes, também havendo a presença de matadouros e o acúmulo de lixo em suas margens, entre outros fatores. Deste modo, a despoluição do arroio se tornou uma das principais prioridades do "Terraguar".

O grupo procura fazer um trabalho constante de conscientização ecológica de outros movimentos populares que envolva as camadas de população de mais baixa renda. A entidade se concebe enquanto entidade popular e socialista, embora com ressalvas críticas aos socialismos já existentes ou anteriormente implementados e sem sucesso, entretanto, a idéia de uma sociedade "socialista" ainda move o imaginário do grupo. Participam do trabalho da entidade, principalmente, moradores do bairro povoado por pessoas de baixa renda. Portanto, sua atuação enquanto entidade ambientalista está intimamente relacionada às questões sociais. Das três entidades, é a que conta com maior presença de jovens e militantes que são simpatizantes do "Partido dos Trabalhadores" (PT), ou mesmo filiados, segundo cadastramento e depoimentos de associados.

Em função destes aspectos é que ressaltamos o caráter mais "popular" desta entidade, o que a torna distinta das outras entidades aqui em questão. Especificamente em termos da postura frente às instituições públicas, verificaremos que o "Terraguar" se aproxima mais da "Upan", ressaltando seu caráter confrontacional e legalista, provavelmente pelo próprio fato de ter se originado do trabalho da "Upan".

As prioridades de luta do grupo são também mais limitadas quando se trata de questões regionais, estaduais e nacionais, o que também caracteriza o "Movimento Roessler".

Entre as formas de atuação, estão a organização de passeatas, mutirões de limpeza nos banhados, zoneamentos ecológicos, campanhas pelo saneamento básico nos bairros de periferia, distribuição de mudas, cultivo de hortos florestais, recolhimento nas escolas de material plástico para reciclagem, além da ministração de palestras.

Quanto à organização interna, esta funciona através de coordenações. Há uma coordenação básica de sete pessoas - um 1º coordenador, dois 2º coordenadores, dois tesoureiros e duas secretárias, além de um conselho fiscal de cinco pessoas, todos eleitos anualmente. Para o encaminhamento das diversas atividades, sempre ocorre a divisão de tarefas, através de comissões, que funcionam de forma rotativa, a começar pelo

próprio encaminhamento das reuniões semanais. Contudo, nos primeiros meses de trabalho do grupo, ocorria a centralização de decisões em torno de uma ou duas pessoas.

A seguir, veremos mais especificamente, a atuação das entidades a respeito do "lixão" e as distintas lógicas que se configuram na redefinição do papel do ambientalismo "strictu sensu".

NOTAS - CAPÍTULO 2

(1) Estes dados constam do Boletim de Divulgação do "Comitê de Preservação, Gerenciamento e Pesquisa da Bacia do Rio dos Sinos", intitulado "COMITESINOS: um esforço comum para salvar o rio dos Sinos". O. RODRIGUES ALVES: 1988.

(2) Sobre o pensamento de Roessler, cf. ROESSLER:1986

(3) Os métodos mais conhecidos de gestão de resíduos em aplicação há décadas nos EUA e Europa, assim como em países do chamado Terceiro Mundo são - a incineração, o aterro sanitário e a reciclagem, onde, os países que produzem mais desperdício são os mais industrializados. Os EUA é o maior produtor mundial de resíduos - 178 milhões de ton/ano, correspondendo a 744 kg de resíduos sólidos ao ano. Estes aspectos não podem ser dissociados da composição sócio-econômica de cada população. "La Bolsa o la Vida". Página 12, Suplemento Verde, ano 1, nº 24, 31 de marzo de 1991, p.02

(4) O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), criado em janeiro de 89, incorporou, através da fusão e reformulação, a Secretaria Especial do Meio Ambiente, a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca, o Instituto Brasileiro Florestal e a Superintendência da Borracha (VIOLA & BOEIRA, op.cit.).

Neste contexto, de acordo com VIOLA & LEIS (1991a:17):

"Os avanços experimentados no nível federal na segunda metade da década de 1980 são acompanhados em várias agências estaduais sul-sudeste através de um aumento da área ambiental na estrutura estatal (em vários casos criam-se secretarias de meio ambiente), um controle mais rigoroso da poluição industrial (...)."

(5) O lixo causava um grande transtorno a comunidade devido à grande proliferação de moscas, baratas e ratos, ocasionando feridas em crianças, além do mau-cheiro que proporcionava mal-estar às pessoas. De acordo com moradores, até lixo de cemitério, como ossos e caixões, podia ser encontrado no local.

(6) O COMITESINOS, com sede em São Leopoldo, foi criado em

setembro de 1987, a partir do "Simpósio Para Recuperação do Rio dos Sinos", promovido pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Prefeituras da Bacia do Rio dos Sinos, União das Associações Comerciais e Industriais e pelo Grupo Editorial Sinos, tendo, entre outros objetivos, a recuperação e preservação da bacia. O COMITESINOS conta com a participação de prefeitos, vereadores, representantes de instituições de ensino (III Grau) e representantes da "Upan" e do "Movimento Roessler". Boletim Informativo do comitê de Preservação, Gerenciamento e Pesquisa da Bacia do Rio dos Sinos, op.cit.

(7) Segundo ANTUNIASI(op.cit.:45) em relação às entidades ambientalistas - "(...) a maioria dos grupos possui Estatuto Jurídico registrado em cartório na forma de sociedade civil sem fins lucrativos, porque parece consenso que tal medida propicia maior respeitabilidade junto a população e órgãos públicos assim como uma ação mais efetiva, como por exemplo, acionar judicialmente uma empresa que cause danos no meio ambiente."

(8) Considerações sobre ambientalismo e mídia, (tendo como referência o caso britânico) cf, LOWE & GOYDER,op.cit.

(9) "As associações ambientalistas, entre as quais se destaca a AGAPAN, fundada em Porto Alegre em 1971, surgem diretamente influenciadas pelo movimento ambientalista norteamericano e europeu (VIOLA,1987). A influência dá-se fundamentalmente na adoção de um programa: questionamento da civilização urbano-industrial pelos seus impactos devastadores sobre a natureza (...)."

(10) "Programa Verde: Por Uma Política Ambiental Para Novo Hamburgo", Jornal do Roessler, Novo Hamburgo, Movimento Roessler Para Defesa Ambiental, Ano I, nº 1, jan/fev/março,1989.

CAPÍTULO 3 - ENTIDADES AMBIENTALISTAS:
ENTRE A LÓGICA DO CONFLITO E DA COOPERAÇÃO EM UM
MOMENTO DE TRANSIÇÃO EM RELAÇÃO AO PAPEL DO
MOVIMENTO AMBIENTALISTA "STRICTU SENSU"

Retomando aspectos já salientados, anteriormente, consideramos que, frente à complexidade da problemática ambiental, e à evolução do ambientalismo, os atores mais antigos do ambientalismo (nos referindo aqui, aos grupos ambientalistas "strictu sensu") atravessam um período de transição. Trata-se da redefinição do papel a ser desempenhado por estes atores inseridos em um contexto no qual, tem se apresentado distintas perspectivas provenientes de diferentes setores da sociedade na discussão dos problemas ambientais, num quadro político mais democrático.

No final dos anos 80, esses grupos têm se inserido tanto numa lógica de atuação correspondente ao modelo "bissetorial", como no que se refere ao modelo "multissetorial", tendo em vista que o fenômeno da "multissetorialização" tem se expandido basicamente a partir da década de 80. Como já salientamos, há entidades que reconhecem apenas dois atores centrais na atuação do campo ambientalista - as próprias entidades "strictu sensu" e as instituições governamentais voltadas para a resolução destas questões. Isto, entretanto, não quer dizer que estas entidades

não busquem, eventualmente, apoio de outros setores da sociedade em suas reivindicações, contudo, ainda procuram construir sua identidade em contraposição a esses setores, de modo que tendem a se isolarem. Neste contexto, a expansão do campo ambientalista contribui para modificar as perspectivas e, portanto, o padrão de atuação das entidades.

Se formos considerar os aspectos amadorismo/profissionalismo (nível interno de organização das entidades) e, cooperação/conflito (atuação frente aos distintos setores da sociedade) distingue-se uma relação complexa, não linear, onde, entidades de caráter amadorístico, não necessariamente, entram em conflito com o Estado, ou outros setores sociais. Por outro lado, entidades que buscam a profissionalização, não necessariamente, cooperam com o Estado, ou outros setores sociais para a implementação de seus objetivos. O aspecto da autonomia das entidades constitui-se ainda, em um ponto de referência comum para a autoafirmação das mesmas, embora de forma diferenciada para cada uma, o que será comentado, posteriormente.

A seguir, gostaríamos de ilustrar esses aspectos, inicialmente, descrevendo a atuação das entidades em questão, à propósito dos resíduos sólidos em Novo Hamburgo, onde perceberemos, à princípio, duas posturas básicas: uma atuação de confronto e uma atuação que busca o consenso. A primeira postura encontra-se presente na

"Upan" e na "Terraguar"; a segunda, no "Movimento Roessler". Podemos acrescentar que, a postura das duas primeiras entidades é essencialmente "legalista" por legitimarem suas demandas em função do cumprimento da legislação ambiental, enquanto que o "Roessler" busca ampliar o leque de discussões em torno de um consenso que operacionalize suas demandas.

3.1. As Reivindicações das Entidades em Relação ao Depósito de Lixo na Vila Kroeff: Confronto X Consenso

Depois de significativas vitórias em relação ao tratamento de efluentes lançados pelos curtumes do Vale dos Sinos, atendendo a uma certa hierarquia de objetivos, a "Upan" passou a priorizar o problema dos diversos depósitos de lixo à beira do rio dos Sinos (ponto no 5 do "Programa de Sete Pontos").

A "Upan" foi, praticamente, a entidade responsável por desencadear o processo de discussão entre entidades ambientalistas e poder público em torno da destinação dos resíduos sólidos da cidade de Novo Hamburgo.

A demanda colocada ao poder público se referia, não à reciclagem do lixo (embora seja um objetivo proposto pela entidade), mas ao seu afastamento imediato das margens do rio

solicitando a interdição do depósito da cidade à Justiça no mês de abril, ainda no início da gestão de Paulo Ritzel (PMDB).

Em documento sobre o depósito de lixo de Novo Hamburgo, a "Upan" se manifesta da seguinte forma:

"Contrariando todas as leis ambientais, o Lixão da Prefeitura é um exemplo notável de clandestinidade oficializada, [grifos originais] e de pouco caso pela legislação vigente neste país.

Restos industriais de couro e borracha são depositados diariamente no local pelas empresas calçadistas. As empresas estão fora da lei, e a prefeitura permite e incentiva esta situação de clandestinidade oficializada.(...)

(...) Paternalisticamente, a prefeitura assume como sua a poluição de todos e promove a destruição dos recursos hídricos que ficam acima do ponto de captação de água da Corsan, que abastece a população." (1)

No início de abril, a "Upan" manda uma representação ao Fórum de Novo Hamburgo solicitando a suspensão do depósito de lixo urbano e industrial da cidade, com base na Lei dos Interesses Difusos (Lei Federal nº 7347). (2) É solicitado um prazo de duas a três semanas para desativação de outros "lixões" no Vale do Sinos e sua conseqüente transferência para locais secos, como nas cidades de Sapucaia do Sul, Sapiranga e Parobé, também encaminhando a questão em São Leopoldo.

O documento apresenta, ainda, uma série de leis sobre destinação do lixo, contendo, também anexos onde constam: um estudo fotográfico com texto explicativo sobre o "lixão"; cópia da legislação; parecer de uma bióloga sobre o depósito de lixo; parte de um estudo feito pela METROPLAN (Fundação Metropolitana

de Planejamento) sobre a destinação de resíduos sólidos na região metropolitana de Porto Alegre; notícia do "Jornal NH" sobre os problemas da população da vila Kröeff em função do lixo e, por fim, anexo com critérios do Departamento do Meio Ambiente da Secretaria de Saúde e Meio Ambiente para seleção de áreas para a disposição de resíduos sólidos em aterro.

Especificamente, os itens solicitados pela "Upan" são os seguintes:

- prazo judicial para desativação do "lixão" (15 ou 20 dias);

- se houver necessidade de uma área alternativa emergencial que tenha o laudo técnico de bióloga indicada pela entidade;

- que no local escolhido sejam colocadas as camadas mais recentes do atual "lixão" que devendo ser abandonado deve ser coberto numa camada não inferior a um metro;

- caso a sentença judicial do prazo a ser concedido não seja respeitada, sugere-se que a Prefeitura deva pagar uma pesada multa diária;

- também se solicita uma indenização referente aos danos causados à qualidade da água e à vegetação ribeirinha (baseado na lei 7347);

- de acordo com a mesma lei, a Prefeitura deve apresentar uma listagem das indústrias - "que lançam resíduo sólido no município

e do conteúdo e quantidade, [grifos originais] discriminados, destes resíduos por empresa." (3)

A busca de assessoria técnica, por parte da entidade, serviria, portanto, para mostrar que o lixo não poderia permanecer onde estava, em função da necessidade de cumprimento da lei.

Para os militantes da "Upan", existe um certo consenso de que a legislação ambiental brasileira é boa, o que faltaria é efetivar o seu cumprimento, o que, de algum modo, justificaria uma atuação voltada, principalmente, para o cumprimento da legislação disponível. Para estes militantes, na maior parte dos casos, a aplicação da legislação, por si só, solucionaria diversos problemas ambientais, como bem explicita um militante:

"Quando se luta pelo cumprimento das leis, se luta também, pela solução dos problemas." Deste modo, a preocupação imediata da entidade é denunciar que há um depósito ilegal de resíduos, posto que, está às margens do rio, e que, este, portanto, deve ser sustado; trata-se de uma demanda bem pontual. Citamos, neste contexto, o presidente da "Upan":

" 'Estão preocupados em construir uma usina de aproveitamento do lixo, quando deveria existir prioridade à transferência deste depósito.' " (4)

Inicialmente, as divergências entre "Upan" e "Movimento Roessler" não ficavam claras. Declara o presidente da "Upan":

" 'Com relação à participação do Movimento Roessler, já contatei seu presidente, Arno Kayser, e coloquei minha opinião. A entidade não pode ser usada como anexo da Prefeitura. Mas concluir existência de manipulação não faz sentido. Inclusive estamos juntos nesta batalha.' " (5)

A "Upan" também admite que a entidade gostaria de manter o diálogo e colaborar com a Prefeitura, embora, isso venha, posteriormente, a ficar mais evidente enquanto retórica do que como postura prática.

Para o "Movimento Roessler", a ação judicial movida pela "Upan" foi um ato positivo, no sentido de acelerar o processo de discussão do problema, entretanto, deveria ter sido utilizada enquanto último recurso disponível. Deste modo, os militantes do "Roessler" consideraram este tipo de atitude como algo precipitado por parte da "Upan".

O início das divergências entre as entidades, de algum modo, se associa ao reconhecimento do espaço de atuação apropriado a cada uma.

De acordo com ANTUNIASI (op.cit.:40), em sua pesquisa sobre o movimento ambientalista paulistano, apesar dos conflitos e polêmicas entre as entidades das diferentes tendências, em termos de atuação e posturas políticas, as quais

(...) "podem incluir acusações públicas mútuas em questões críticas (...), os grupos se unem e traçam estratégias comuns de posicionamento e atuação, em que uns e outros se reconhecem como integrantes de um mesmo movimento, reafirmando identidade de propósitos."

Neste aspecto, difere significativamente o comportamento dos grupos em questão. Tendo as três entidades, objetivos de natureza semelhante (preocupação com a despoluição do rio dos Sinos), não ocorreu uma estratégia inicial de atuação conjunta, no caso do "lixão".

Avaliamos que esse processo de reconhecimento mútuo entre as distintas entidades, tem se tornado mais instável e difícil no momento em que há dificuldades para que reconheçam e avaliem o processo de expansão do movimento ambientalista, em seu sentido mais amplo (fenômeno da "multissetorialização", de acordo com VIOLA & BOEIRA, op.cit. e VIOLA & LEIS:1991a), onde, a problemática ambiental não é mais objeto de discussão apenas de ambientalistas "strictu sensu".

Neste contexto, nos referimos ao espaço de discussão das questões ambientais e, este aspecto pode ser associado ao próprio espaço físico onde atua cada entidade. Esta delimitação é estipulada pelos integrantes do "Movimento Roessler". Destacamos abaixo a declaração de um militante, neste sentido:

"Já que uma entidade tá levando a questão né, dentro do espaço próximo a ela, então, se uma outra entidade de outro local vai atuar naquele espaço que é tradicionalmente de uma entidade né, ela deve ter um mínimo de espírito de ética de comunicar prá'quela entidade."

A alusão aqui, a um espaço "tradicional" de atuação de cada

entidade reflete uma indicação da perplexidade em que estes atores "tradicionais" se encontram frente à ampliação do campo ambientalista. As divergências entre as entidades também se tornam claras quando se trata da forma pela qual cada uma atua em torno do problema dos resíduos sólidos e, veremos que, estas especificidades se relacionam à diferenças mais gerais no papel atribuído ao movimento "strictu sensu".

No decorrer da polemização em torno do "lixão" da vila Kröeff, é o "Movimento Roessler" que mantém uma maior aproximação com o poder público para discutir a questão.

Em meados de abril, representantes do "Movimento" se reuniram com representantes do poder público, onde o prefeito apresentou uma proposta de mudança do "lixão" para a Roselândia, um bairro da cidade. Arno Kayser, representante da entidade salientou que antes de qualquer definição de um novo local, a Prefeitura teria que realizar um laudo técnico junto à Fundação Metropolitana de Planejamento (METROPLAN) e ao Departamento de Meio Ambiente (DMA). A idéia de construção de uma usina municipal, ao invés de uma regional, foi apoiada pela entidade. O local foi visitado por representantes do "Roessler" que ficaram de se encontrar novamente com o prefeito. Quanto à esta questão, Kayser se posiciona:

"O atual prefeito Paulo Ritzel se comprometeu, publicamente

com esta proposta. Compromisso este registrado em cartório. Quando a questão do lixo aflorou o Movimento Roessler foi chamado a cooperar com a Prefeitura na busca da solução mais ecológica para a questão. Para tanto buscamos a orientação dos técnicos (...) do DMLU [Departamento Municipal de Limpeza Urbana] e Metroplan. (...) Os ecologistas querem uma usina simples que faça uso de muita mão-de-obra para retirar do lixo todas as matérias-primas desperdiçadas. (...) Para esclarecer melhor a população, o Movimento Roessler está promovendo um debate público. (...) Para este debate estão convidados o Prefeito, a Sehama [Secretaria de Habitação e Meio Ambiente], a ESINTER, o Presidente da Câmara e os demais vereadores além da população em geral. Cremos que numa sociedade democrática há necessidade do diálogo para alcançarmos a melhor solução para a questão. Estamos apostando nesta via, consciente dos riscos que ela apresenta." (6)

O "Roessler" procura deixar claro que busca diálogo com o poder público e outros setores da sociedade para discussão de uma usina de reciclagem, demanda inserida no "Programa Verde". (7)

Apesar dos objetivos propostos pela entidade serem especificados, estes não implicam em uma hierarquia, em termos das metas a serem atingidas. Ademais, o "Programa" é direcionado basicamente às autoridades municipais. A suspensão do "aterro sanitário" da vila Kröeff, não é a principal demanda que o "Movimento" buscará negociar com o poder público.

No mês de maio, o "Roessler" divulga nota em jornal local enfatizando sua postura em torno da necessidade da prática do diálogo:

"Este pensamento é compartilhado por outras entidades, como a AGAPAN (POA), GESP (P.Fundo), entre outras, que respondem à abertura das respectivas administrações atuais. A permanência nesta postura depende obviamente, de avanços reais e concretos das prefeituras no campo ecológico. (...) O Roessler sempre em

entidade reflete uma indicação da perplexidade em que estes atores "tradicionais" se encontram frente à ampliação do campo ambientalista. As divergências entre as entidades também se tornam claras quando se trata da forma pela qual cada uma atua em torno do problema dos resíduos sólidos e, veremos que, estas especificidades se relacionam à diferenças mais gerais no papel atribuído ao movimento "strictu sensu".

No decorrer da polemização em torno do "lixão" da vila Kröeff, é o "Movimento Roessler" que mantém uma maior aproximação com o poder público para discutir a questão.

Em meados de abril, representantes do "Movimento" se reuniram com representantes do poder público, onde o prefeito apresentou uma proposta de mudança do "lixão" para a Roselândia, um bairro da cidade. Arno Kayser, representante da entidade salientou que antes de qualquer definição de um novo local, a Prefeitura teria que realizar um laudo técnico junto à Fundação Metropolitana de Planejamento (METROPLAN) e ao Departamento de Meio Ambiente (DMA). A idéia de construção de uma usina municipal, ao invés de uma regional, foi apoiada pela entidade. O local foi visitado por representantes do "Roessler" que ficaram de se encontrar novamente com o prefeito. Quanto à esta questão, Kayser se posiciona:

"O atual prefeito Paulo Ritzel se comprometeu, publicamente

suas ações tem se pautado pelo cumprimento das legislações ecológicas, por motivos óbvios. Se não movemos uma ação judicial, foi porque achamos que este seria um recurso extremo, necessário apenas se não houvesse nenhum tipo de abertura por parte da Prefeitura." (8)

Quanto ao "Terraguar Associação Ecológica", a entidade passou a se manifestar com maior visibilidade a partir do mês de julho, enfatizando o posicionamento da "Upan" de solicitação da imediata suspensão do aterro na vila Kröeff.

Para o "Terraguar", o "Movimento Roessler" foi visto como a entidade que defendeu a Prefeitura. Para se contraporem à postura do "Movimento", o "Terraguar", a exemplo da "Upan", tenta deixar claro que é uma entidade mais "radical". Citamos, nesse sentido, a declaração de um militante do "Terraguar" avaliando o resultado que a discussão sobre o problema do lixo trouxe para a entidade:

"A nossa entidade hoje é vista como entidade combativa, muito respeitada,(...) as pessoas têm mais ou menos aquela visão que nós somos uma entidade que não se deixa comprar, entende, isso prá nós é fundamental e a luta pelo lixo ajudou muito neste sentido."

Aqui, o aspecto da combatividade é associado ao caráter de autonomia da entidade, a partir de uma perspectiva mais do conflito do que da cooperação, no sentido de que, a cooperação com instituições administrativas pode significar perda de autonomia, implica em cooptação. Esta postura se insere no princípio de autoafirmação das entidades frente ao Estado (postura mais generalizada até o início dos anos 80). Estes

aspectos tornam-se mais claros na relação das entidades com o poder público, como veremos posteriormente.

Em função destes fatores, trataremos, a seguir, das características do conflito entre as entidades e o poder público de Novo Hamburgo.

3.2. O Conflito Entre Entidades e Poder Público: A Lógica do "Bissetorialismo" X A Lógica do "Multissetorialismo"

A gestão Paulo Ritzel se considera a primeira a tomar medidas mais concretas quanto às questões ambientais do município de Novo Hamburgo. Ritzel foi um dos fundadores do "Movimento Roessler Para Defesa Ambiental", o primeiro grupo ecológico da cidade. No início de sua gestão foi criado o Departamento de Meio Ambiente, em função da agilização do tratamento das questões ambientais.

Sua primeira preocupação se referiu ao tratamento dos resíduos sólidos, basicamente em função da ação civil pública movida pela "União Protetora do Ambiente Natural" contra a Prefeitura. Udo Sarlet, chefe do Departamento de Meio Ambiente, argumentou que a gestão Ritzel, de certa forma, foi "pega de surpresa" com a ação civil. Embora Sarlet não tenha visto a

medida com simpatia, considerou seus resultados como satisfatórios, como argumenta a seguir:

"No fim da história foi uma coisa boa sabe, porque, em primeiro lugar, a gente equacionou a questão principal dos resíduos sólidos - eu tenho me preocupado desde o início da administração do prefeito Paulo Ritzel, praticamente, só com a questão dos resíduos sólidos."

O problema dos resíduos sólidos, onde colocá-los e como tratá-los, tem despertado críticas as mais diversas, ao mesmo tempo em que a dificuldade em assumir responsabilidades frente à esta situação torna-se patente; a própria comunidade sempre prefere o lixo bem longe de seus olhos.

Frente a decisão do juiz Miguel Ângelo da Silva de interditar o "lixão", declarou o prefeito:

" 'Vou mandar descarregar o lixo da cidade na frente da casa do juiz, do promotor e do Aveline.' " (9)

" 'Eu páro de recolher o lixo se o juiz embargar o local de depósito utilizado atualmente.' " (10)

Para Ritzel, se o local já vinha sendo utilizado como depósito há tantos anos, não seriam mais alguns meses que agravariam a situação.

Colocado o problema, o prefeito admite que o "lixão" polui o rio dos Sinos, pretendendo, inicialmente, instalar uma usina de queima de resíduos industriais e urbanos. Para tal, solicita à Secretaria de Meio Ambiente que marcasse uma reunião com os ecologistas do "Movimento Roessler" para debaterem sobre o

"lixão". O próprio poder público também limita o campo de discussão da questão reconhecendo como representante legítimo para o debate, apenas o "Movimento Roessler".

Hélio Feltes, na época secretário do meio ambiente, convidou o "Roessler" para a reunião considerando-o, "o mais expressivo, o mais autêntico, mais representativo" para debater a situação do município, embora, o grupo tenha tido a liberdade de convocar outras entidades ecológicas. Para Feltes, a ação movida pela "Upan", através de seu presidente, Carlos Aveline, se tornou um projeto de promoção pessoal. Deste modo, o poder público se dispõe à dialogar com os ambientalistas, mas a partir de uma seleção do que consideram representativo do ambientalismo - o espaço não está aberto para discutir com todos os envolvidos.

De acordo com o prefeito Ritzel, quando surgiu a proibição de continuidade dos depósitos na vila Kröeff, a "Upan" foi procurada. De acordo com o prefeito, seu presidente teria se negado a dar apoio ao poder público no encaminhamento da questão, motivo pelo qual foi solicitada a ajuda de José Lutzenberger. Aveline denunciaria na imprensa que Lutzenberger estaria sendo comprado para Prefeitura, caso a ajuda se concretizasse. Neste momento, o prefeito se negou a continuar discutindo o problema com a "Upan".

Embora o local estivesse interditado, o poder público

continuava a depositar lixo na vila Kröeff. Ritzel se queixava da morosidade do Departamento de Meio Ambiente e órgãos competentes na liberação de uma nova área para o depósito de resíduos sólidos.

No mês de abril o prefeito havia recorrido à Justiça solicitando o arquivamento da denúncia por seis meses para a realização de estudos de mudança do depósito. Declara Ritzel:

"De plano, devo salientar que a simples destinação de uma nova área para o depósito municipal de lixo não é senão um paliativo para o problema atual. Mesmo assim, exige investimentos de monta na desapropriação de uma área que represente menos danos ao meio ambiente.

Já determinei fossem realizados estudos e projetos para a instalação do depósito de lixo mais apropriado. (...)há necessidade de estudos de impacto ambiental para o novo local e consequentemente a emissão do RIMA." (11)

De acordo com o chefe do Departamento de Meio Ambiente de Novo Hamburgo, após o embargo do "lixão", o poder público concluiu que o aterro sanitário não seria uma solução e passou a optar pelo processo de catação e compostagem. (12)

Em relação aos primeiros contatos com Lutzenberger no mês de maio, para a Prefeitura, significava encontrar uma forma de reciclagem do lixo e proteção do rio. Lutzenberger aceitou no mês de agosto, formalmente o convite do prefeito para auxiliá-lo na questão.

José Lutzenberger tornou-se figura notória no movimento ambientalista durante a década de 70, sendo um dos principais

idealizadores da AGAPAN. Agrônomo, tendo se preocupado, inicialmente, com o problema dos agrotóxicos e seus efeitos nocivos, foi, no final dos anos 80, prêmio Nobel Alternativo, chegando a ser Secretário do Meio Ambiente no Governo Collor. Pode-se dizer que Lutzenberger, enquanto ambientalista, durante o período que nos ocupa, pode ser situado em três dimensões: como cientista, empresário e técnico ambiental, desenvolvendo trabalhos no setor de biotecnologia, através de suas empresas - "Tecnologia Convivial" e "Vida Produtos Biológicos", as quais, fazem um trabalho de assessoria à empresas e prefeituras no uso de tecnologias alternativas, ou seja, não poluentes e que evitem a degradação ambiental.

Deste modo, Lutzenberger não mais se situa enquanto pertencente ao movimento ambientalista "strictu sensu" e, perceberemos que ele acaba não sendo mais reconhecido enquanto ambientalista por setores do movimento "strictu sensu".

Quanto à sua proposta para tratamento dos resíduos sólidos em Novo Hamburgo, referia-se ao desencadeamento do processo de reciclagem no próprio depósito da vila Kröeff, embargado pelo IBAMA, o que passou a ser contestado pelo "Terraguar" e "Upan", as quais se pautaram, basicamente no cumprimento da legislação ambiental, lembrando que, em função desse aspecto, ressaltamos, anteriormente, o caráter "legalista" na atuação da "Upan", que se

refletirá na postura do "Terraguar", que, criada nos moldes da primeira, constrói sua identidade durante o conflito em questão.

Devido à decisão judicial de não permitir a manipulação de resíduos na Kröeff, várias áreas foram avaliadas até a escolha definitiva de um local no bairro Roselândia.

De acordo com Sarlet, o prefeito havia dado total liberdade de execução do trabalho técnico que deveria ser feito. Quanto ao parecer de Lutzenberger sobre o assunto, reproduzimos suas considerações gerais:

"- Seria utópico querer remover as centenas de milhares de metros cúbicos de lixo que ali vem sendo depositados há mais de uma década. Os custos seriam proibitivos e para onde levá-los ?

- De uma maneira ou de outra o lixão caótico ora existente terá que ser saneado. Terá que ser isolado para evitar que o chorume que dele percola continue a chegar ao banhado e até o rio dos Sinos. (...)

Efetivamente, uma vez realizado o trabalho de saneamento e mesmo estando ele já parcialmente concluído, não terá mais sentido a procura de outro local para o lixão. A instalação de um novo lixão significará mais uma agressão paisagística e ecológica.

(...) Importante, no entanto, é constatar que próximo a 90% do material que constitui o volume do lixão antigo é resíduo industrial, (...). Quer dizer que, se houver destino útil, isto é, reciclagem, da maior parte do material de origem industrial, fica consideravelmente simplificado e diminuído o problema da reciclagem e compostagem do lixo doméstico.

(...) A reciclagem e compostagem do lixo doméstico quando não contaminado com substâncias perigosas é muito simples e não requer as caras e complicadas usinas de incineração ou compostagem comumente oferecidas às prefeituras por firmas que querem vender equipamento." (13)

Deste modo, Lutzenberger procura tentar evitar que outro local seja degradado em função do tratamento do lixo. Destacamos

mais especificamente, alguns dizeres sobre sua proposta denominada - "Proposta de Plano de Ação Para Solução do Problema do Lixo em Novo Hamburgo" :

"Nossa intenção é desencadear, imediatamente, um processo gradual, sistêmico e sistemático, para a solução de toda a problemática de resíduos sólidos e líquidos da região de Novo Hamburgo, envolvendo Prefeituras, público e indústrias para tornar esta região um centro catalizador para soluções semelhantes, sempre localmente adequadas, acessíveis, práticas, ecologicamente compatíveis e socialmente desejáveis.(...)

Mas, partindo de enfoques ecológicos globais, holísticos e sistêmicos, olhando não somente o problema do lixo propriamente dito, mas encarando toda a problemática dos resíduos sólidos, efluentes líquidos e gasosos da região altamente industrializada, levando em conta também o que é pragmaticamente possível na situação atual, sem deixar de lado preocupações com nossa triste situação social, queremos contribuir à correção dos males existentes e evitar males maiores. Fazer novo aterro em outro lugar ou partir para a pseudo-solução das grandes usinas, seriam males maiores.(...)

Dentro desta visão, chegamos a conclusão que o menor dos males será fazer o Entrepósito de Resíduos Sólidos Industriais Limpos e a Central de Catação, Reciclagem e Compostagem de Lixo Doméstico em cima da plataforma seca do lixão saneado.

(...) O que se pretende, justamente, é curar progressivamente os males que confrontamos e que são resultado do desrespeito à lei no passado." (14)

Neste contexto, a "Upan" se posiciona na imprensa, ressaltando o aspecto legal da questão:

" 'A questão básica que ainda deve ser definida em relação ao lixão de Novo Hamburgo é se cumpre-se ou não a legislação, a sentença judicial e o embargo do Ibama.' Na opinião de Aveline, 'para que um ecologista consiga compreender a realidade, é preciso que ele saiba as leis antes de tudo, sabendo também quais são os critérios técnicos das autoridades em vigor.

Lutzenberger desconhece as leis e os critérios do DMA, e é em cima destes critérios que a UPAN vem lutando há quatro anos pela defesa do Rio dos Sinos.' " (15)

É, portanto, a partir do momento em que a Prefeitura

passa a contatar com o ambientalista, José Lutzenberger para assessorá-la no tratamento dos resíduos sólidos da cidade, que instaura-se uma nova dinâmica na polemização da questão, onde se acirram as diferenças, principalmente entre "Upan" e "Movimento Roessler".

O fato do poder público recorrer a um nome como Lutzenberger, ao invés de colaborar no entendimento e cooperação entre os atores, (todos eles, no mínimo, ambientalizados) trará à tona divergências de fundo entre as entidades, que se referem, em última instância, ao próprio reconhecimento do campo ambientalista, ou seja, quem fala, em nome do quê.

"Upan" e "Terraguar" se deparam com um discurso ambientalista proveniente não mais do setor ao qual pertencem, ou seja, das entidades ambientalistas "strictu sensu". Deste modo, Lutzenberger se posiciona enquanto técnico e empresário, não mais como militante do movimento como outrora fôra; fala do ponto de vista de um outro setor do ambientalismo e, não sendo mais pertencente ao setor "tradicional", é visto com desconfiança. Os ambientalistas tentam encaixá-lo nos polos tradicionais de discussão do ambientalismo, a partir da lógica "bissetorial": se Lutzenberger não é mais um militante do movimento "strictu sensu", então está ao lado do poder público, que, à princípio, não é ecológico, podendo se ecologizar, mas a partir de uma

perspectiva distinta e que engloba interesses diferenciados.

Inicialmente, a "Upan" passa a se manifestar solicitando a Lutzenberger que reflita sobre o fato de assessorar a Prefeitura.

Em carta da entidade enviada à Lutzenberger, consta:

"O objetivo da presente é comunicar nossa preocupação com o significado e o uso político da sua contratação como assessor da Prefeitura de Novo Hamburgo no episódio do depósito ilegal de lixo doméstico e industrial na beira do rio dos Sinos.

Escrevemos para levantar um questionamento de ética profissional.(...)

O lamentável é que o prefeito não desacata só a legislação ambiental, que proíbe encarar rios e banhados como depósito natural dos dejetos da sociedade consumista, mas vai bem além. Desacata juiz, promotor, ecologistas e ao mesmo tempo faz alarde que está contratando o prêmio Nobel Alternativo, o conhecido ecólogo José Lutzenberger.

Contratando Lutzenberger para quê ?

Infelizmente não é para auxiliar no cumprimento da sentença judicial -- por sinal perfeitamente exequível -- mas para estudar alternativas e propostas tecnológicas para usinas de reciclagem, um debate embaralhado e confuso que hoje serve para desviar atenção da questão central: cumprir a sentença e acatar o Poder Judiciário, defendendo o rio nesta época de cheias de 1989. [grifos originais] Enquanto isso, o Prefeito recorre judicialmente da sentença.

Nós é que gostaríamos, preferivelmente, de contar com o apoio de Tecnologia Convivial e José Lutzenberger na luta pelo respeito às leis de preservação ambiental." [Ao final da carta, a "Upan" solicita que Lutzenberger não assessorar a Prefeitura, por esta estar desrespeitando a legislação ambiental] (16)

Em função da proposta de Lutzenberger a "Upan" solicita o apoio de diversas entidades ecológicas para que seja cumprida a sentença judicial de interdição do "lixão". Em carta aos ecologistas consta:

"Contratado pela Prefeitura de Novo Hamburgo, o antigo líder ecológico José Lutzenberger está esquecendo da legislação e das

autoridades ambientais, que interditaram o lixão daquela cidade, e acha que a beira do rio dos Sinos é o local ideal para fazer uma usina de reciclagem que ele mesmo não explica como poderia funcionar....)

Assim, o que pedimos aos amigos ecologistas é que solicitem ao amigo Lutzenberger que revise as suas posições e vá à imprensa defendendo publicamente o acatamento da lei, da decisão judicial, dos critérios técnicos do DMA, e da ordem da interdição do IBAMA."

(17)

Até então, o "Movimento Roessler" não tinha se posicionado publicamente sobre o assunto e o "Terraguar" apóia a posicionamento da "Upan".

Em função do pedido da "Upan" de apoio ao desagravo em torno do posicionamento de Lutzenberger, diversas entidades ambientalistas se manifestaram, além de nomes como por exemplo, Milton Roessler, filho de Henrique Luís Roessler e militante da "Upan", na época. Entre as entidades temos: "Associação Comunitária Uruguaianense de Proteção dos Animais e Meio Ambiente" (Uruguaiana/RS), "Grupo Ecológico Sapucaia" (GESA, Sapucaia/RS), "CAA-Y Associacção Ecológica" (São Sebastião do Caí/RS), "Ação Ecológica de Combate à Caça" (Porto Alegre/RS), "Partido Verde" (PV/RS), "Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Camaquã" (Camaquã/RS), "Movimento Ecológico Livre" (MEL, Cachoeirinha/RS), "Federação de Entidades Catarinenses" (FEEC, Moção- VII Encontro Estadual de Ecologistas, Brusque/SC), "Grupo Ecológico Sentinela dos Pampas" (GESP, Passo Fundo/RS), "Associação Quaraíense de

Proteção ao Ambiente Natural" (Quaraí/RS), "Associação Ituana de Proteção Ambiental" (Itu/SP), "Associação Matogrossense de Ecologia" (AME/MT), e por fim, "Projeto Defenda a Vida" (PRODEVI/MT).

De um modo geral, as entidades acima relacionadas são de pequeno porte, do tipo amadoras, com uma atuação mais centrada nas questões locais e é em torno destes parâmetros que poderíamos compará-las. Em síntese: a postura da "Upan" de desconfiança com um outro setor do ambientalismo, no qual se encontra Lutzenberger, apresentou o respaldo de grande parte das entidades gaúchas que atenderam à sua solicitação, sendo, portanto, representativo o apoio a uma postura do tipo da "Upan". Cabe ressaltar que esta entidade, na sua lógica "bissetorial" solicitou o apoio do movimento ambientalista "strictu sensu" e quando solicita o apoio de outro setor do ambientalismo, como no caso do COMITESINOS (representante do setor técnico-científico), está reforçando a sua própria representatividade, à medida em que faz parte do mesmo.

Em torno da desconfiança dos distintos setores da sociedade que passam a utilizar o discurso ambientalista, cria-se no interior do movimento desconfianças semelhantes em relação à validade e autenticidade de propósitos de determinados grupos ambientalistas, tendendo a criarem-se divisões em seu seio que

acabam sendo provisórias pois, nem sempre as entidades assumem posturas de confronto ou de cooperação em situações semelhantes, o que também não é percebido pelos atores envolvidos.

De acordo com ANTUNIASI (op.cit.) o movimento é seletivo em termos das instituições e empresas com as quais pode se relacionar. Contudo, pode-se perceber, de acordo com nosso estudo, que o movimento é também seletivo em relação ao próprio movimento. Neste sentido, esta divisão é percebida a partir da classificação que algumas entidades estabelecem no interior do movimento, em que o eixo de discussão diz respeito ao aspecto da autonomia, onde as entidades se referem à independência em relação ao poder político e econômico, em um sentido amplo.

A partir deste aspecto, alguns grupos se diferenciam em torno da polaridade "esquerda/direita". Para os militantes da "Upan", de um modo geral, há aquelas entidades que acreditam em um trabalho que possa ser encaminhado junto às autoridades governamentais, no sentido da cooperação com as mesmas, enquanto que outras, primam por uma atitude de independência absoluta frente às instituições. Neste sentido, avaliamos que os militantes não percebem (ou não querem perceber), que, frente ao processo de profissionalização, a independência é sempre relativa, além do que, a discussão dos problemas ambientais com as instituições governamentais não implica, necessariamente, perda

da autonomia.

Na visão dos militantes da "Upan", as entidades "independentes" são aquelas - "mais batalhadoras, mais incisivas em suas lutas", enquanto que, as que procuram dialogar com as autoridades competentes, estariam na linha de um "ecologismo atrelado". Citam como exemplo, o "Movimento Roessler", o qual seria - "patrocinado, financiado pela administração municipal." Os militantes do "Terraguar", de um modo geral, apresentariam uma visão semelhante neste aspecto; já o "Roessler" não reconhece este tipo de classificação no interior do movimento.

Como considera um militante da "Upan", a respeito de uma diferenciada linha de atuação que identificaria a entidade frente à outros grupos, a "Upan":

"(...) é mais de ir prá rua, gritar, atijar as pessoas, procurar resolver o problema de uma forma, assim, rápida, enquanto que o Movimento Roessler - eles têm uma ligação mais assim, amigável, eles têm outros laços com a Prefeitura de Novo Hamburgo e isso dificultou, no caso do lixão de Novo Hamburgo, um relacionamento melhor. A gente tentou conversar com eles, demonstrar realmente que o lixão era ilegal, etc, mas eles sempre tinham um argumento prá debater essas questões."

Neste mesmo sentido, acrescentamos outra declaração:

"Eu não sei até que ponto o Movimento Roessler" é comprometido ou não com o poder público municipal, mas não tivemos nenhum apoio do "Movimento Roessler", ao contrário, as pessoas que trabalham no Movimneto Roessler ficaram a favor, na época, do prefeito municipal e do José Lutzenberger que estavam querendo implantar a reciclagem de lixo no antido local que foi embargado."

Estes aspectos diferenciais também se fizeram presentes na

avaliação das entidades em relação aos primeiros meses de Governo Collor. Neste contexto, a polêmica do "lixão" apenas trouxe à tona questões mais gerais de postura das entidades. Conforme manifesto a seguir, que obteve significativa repercussão no movimento ecológico gaúcho, comentando a política ambiental do Governo Federal, temos o seguinte:

"O movimento ecológico, (...) precisa preservar sobretudo sua independência, evitando os perigos da cooptação e da desorientação. [grifos no original] Pela primeira vez, temos um governo federal que fala bem da natureza na televisão e que trata de usar certas personalidades como peneira para tapar a luz do sol. Mas o mesmo governo entrega a política nuclear e a questão ambiental ao serviço secreto -- e trata de confundir as reivindicações dos ecologistas. Como Secretário Nacional de Meio Ambiente, cargo de confiança do Presidente da República, o Sr. José Lutzenberger é instrumento desta política antiecológica do governo federal." (18)

O documento é assinado por 16 entidades, entre as quais, "Upan", "Movimento Roessler Para Defesa Ambiental" e "Terraguar Associação Ecológica", contudo, o "Roessler" acabou por criticar a forma como repercutiu o manifesto das entidades, pois para o grupo, o objetivo não era o de protestar contra Lutzenberger, mas contra a política ambiental do Governo, como declararam: "(...) acusar o Secretário do Meio Ambiente de colaborador da política anti-ecológica do Governo Collor, constitui-se num erro." (19)

O "Terraguar" também se manifesta, particularmente, através de carta ao "Movimento Ecológico Brasileiro" avaliando a política ambiental do Governo Collor: "(...) que vem usando como

instrumento o conhecido ecologista José Lutzenberger a fim de legitimar a entrega definitiva da questão ambiental brasileira para os grandes grupos econômicos nacionais e internacionais (...). (20)

As instituições governamentais são sempre vistas com desconfiança pelas entidades ambientalistas. No caso do "Terraguar", seus militantes tendem a acreditar que suas propostas são sempre demagógicas. No caso do poder público, consideram a relação entre ambos como tensa, embora admitindo que alguns resultados positivos podem, eventualmente, ser obtidos; neste sentido, as Prefeituras não têm avançado muito na questão ambiental, segundo estes militantes.

Neste contexto, o "Terraguar" se coloca no papel de denunciar, organizar o movimento popular e apresentar alternativas para a questão ecológica, o que não ficou constatado no caso do "lixão", pois não houve empenho por discutir mais amplamente, por parte da entidade, as propostas de tratamento dos resíduos sólidos; como no caso da "Upan", conforme já salientado, o grupo manteve uma atitude também "legalista", exigindo o cumprimento da legislação ambiental.

No caso do "Movimento Roessler", de acordo com as declarações de seus militantes, também pode ser verificada uma certa ambigüidade em relação ao aspecto da dependência ou autonomia

frente aos órgãos públicos que também se reflete no aspecto da descrença, por um lado, e da necessidade de procura destes organismos no tratamento dos problemas ambientais, por outro. Citamos abaixo, a declaração de um militante:

"O Roessler, historicamente, sempre teve assim, mais na oposição né até a gestão do Foscarini [prefeito anterior], a gente teve uma série de brigas e sempre se posicionando contra né, uma série de coisas, (...) principalmente na questão da poluição.(...) Com a última gestão do Paulo Ritzel, a gente conseguiu uma série de avanços assim, em termos de alguns projetos que a gente historicamente vinha defendendo, (...); a gente têm tido uma relação de bastante diálogo, a gente têm conseguido algumas coisas, embora também, a gente está assim, sentindo que tem que continuar também com a postura crítica né, tanto que até, não se tem, assim, nenhuma vinculação concreta com a Prefeitura (...). O movimento é bastante respeitado, (...) acho que tem que, numa sociedade democrática, sempre procurar preservar o clima de diálogo (...), a postura radical, ela é importante, a gente sabe fazer isso também, mas tem que sempre deixar uma brecha pra discussão né, mesmo porque a gente está numa sociedade de jogo (...)."

Percebe-se que houve para a entidade, o momento de confronto como postura predominante, mas seus militantes admitem ter ocorrido mudanças neste sentido. Tomamos abaixo declarações de outros dois militantes, neste contexto:

"Antigamente, anos 70, talvez se subia em cima das árvores e berrava, agora, talvez, a gente nem suba em cima das árvores, ou suba, mas a gente explique por quê está subindo, a gente aponte caminhos."

"O Movimento Roessler não é mais um movimento de contestação e de conscientização do problema ecológico; agora é um movimento de participação para resolver problemas."

Para o grupo, o movimento ecológico deve ter um papel de

"absoluta independência e de colaboração para encontrar soluções", além de dever ser "um fiscal permanente da sociedade e do Estado e dos setores poluidores".No caso do "Roessler", a entidade admite não ter buscado recursos de instituições, até o momento, pelo fato de que as mesmas cerceariam a sua "autonomia".

Já no caso das entidades que estão se profissionalizando, segundo VIOLA (1991), para muitas entidades semiprofissionais, o fato de buscarem apoio de organizações do I Mundo no seu processo de profissionalização, acarreta em dificuldades para as mesmas, no sentido de que, a independência a que estavam acostumadas é, em parte, afetada. Entretanto, este fator parece não ser considerado pela "Upan", à medida em que a entidade não reconhece, explicitamente, que o fato de depender financeiramente de outras instituições, no caso de setores da Igreja (Evangélica e Católica,) possa trazer algumas limitações ao seu trabalho, pois, de alguma forma, as instituições financiadoras sempre devem estar a par das atividades do grupo para avaliarem se a verba está sendo empregada de forma adequada, isto é, de acordo com os objetivos propostos.

Por isto, neste sentido, nos referimos, anteriormente (cf.Introdução), ao desafio em que consiste para estas entidades conciliar o aspecto da profissionalização com a viabilização de soluções para os problemas ambientais pois, no caso da "Upan",

as estratégias de "eficácia pontual das lutas" não, necessariamente, refletem uma qualidade no trabalho da entidade, no sentido de priorizar soluções eficazes à médio e longo prazo e que valorizem a participação da comunidade. Neste sentido, avaliamos que a dependência financeira cria limitações, em termos das estratégias de atuação: é necessário que a entidade possa mostrar um trabalho concreto, vitorioso.

Embora, os militantes da "Upan" não reconheçam esta relação de dependência, os alvos demarcados pela entidade são pontuais para que possam ser facilmente atingidos e, desse modo, a entidade possa apresentar vitórias com certa freqüência. Podemos resumir na expressão de que - "é necessário mostrar serviço!"

Para a "Upan" cabe ao movimento ambientalista atuar enquanto um elo de ligação" entre a população e os órgãos ambientais, sendo o trabalho de conscientização, algo fundamental. O grupo se refere, basicamente, ao trabalho de denunciar os problemas ambientais sofridos pela população e pressionar as instituições públicas para sanamento destes problemas. Entretanto, se, por um lado, o papel de mediação acaba sendo ressaltado pela entidade, por outro, a sua postura confrontacional acaba dificultando esse mesmo processo de mediação.

A desconfiança com o poder político institucionalizado apresenta-se como uma característica representativa da fase

"ambientalista", conforme VIOLA(1987) e está associada à própria polarização entre entidades e Estado, e, portanto, à lógica confrontacional/bissetorial. Mas, não podemos esquecer da ambigüidade presente neste processo, como declara um militante da "Upan":

"A gente também acaba, sem querer, até apoiando [grifos nossos] de modo indireto, o IBAMA, ou até, a chefia do IBAMA, que seria, sem querer, até apoiar o IBAMA como instituição [grifos nossos], mas a chefia do IBAMA está altamente comprometida com o poder federal, que é um poder que, da mesma forma que o Governo Estadual, procura gerenciar o desastre ambiental de uma maneira em que só ilude a opinião pública e desorienta [grifo nosso] o movimento ecológico."

Pela lógica "bissetorial", o processo de expansão do ambientalismo, acaba por "desorientar" o movimento "strictu sensu" como é o caso da "Upan" e do "Terraguar". Citamos neste contexto, os dizeres do presidente da "Upan":

"(...) a verdadeira consciência ecológica, aquela que não está tingida por interesses político-eleitorais nem econômico-lucrativos, chega a um etapa histórica nova e se descobre numa situação diferente de todas as anteriores.

Os ecologistas e suas entidades têm acesso, agora, a todo um conjunto de experiências de poder. Prefeituras, governos de Estado, deputados federais, procuram um situação de proximidade com o movimento ecológico, dando apoio e tratando de cooptar parcial ou totalmente seus líderes em nome do pragmatismo, da necessidade de acupar espaços, ou do realismo.

(...) Em suma, a nova situação oferece tanto perigos como oportunidades." (21)

Trata-se aqui de uma opinião lúcida, por situar um novo momento para o ambientalismo, mas as contradições se deram na prática, em função de uma certa apatia da "Upan" e, no caso,

também do "Terraguar", de aproveitarem os novos espaços para além do debate do que poderia ser mais adequado, no caso do "lixão, para sugestões práticas do tratamento do lixo no município.

Descorreremos a seguir, a cerca dos resultados deste processo de interação entre entidades ambientalistas e poder público e também sobre nossas considerações finais em torno das questões centrais que aqui nos propusemos.

3.3. Considerações Finais:

Para Além do Resultado do Processo de Interação Entre as Distintas Lógicas

Concretamente, os depósitos desordenados de lixo no município de Novo Hamburgo, passaram a ter uma destinação mais adequada, através da reciclagem do lixo doméstico e industrial do que passou a ser chamado de "reciclão", atualmente bem mais organizado. O "reciclão" produz significativa quantidade de composto e de sucata de papel, lata e vidro. O trabalho de reciclagem está mais eficaz contando com 140 catadores. O poder público pretende investir mais em tecnologia, através da captação de recursos, para melhorias da automatização da central de catação.

Entretanto, em relação ao antigo "lixão", o local está aterrado e o caso está na Justiça desde a sua interdição em 89. O julgamento da questão, sem previsão ainda, decidirá o que deve ser feito na respectiva área, a qual, à medida em que, não foi recuperada, continua sendo poluída pelos restos do antigo "lixão". Para o prefeito do município, o fato do local ter sido, simplesmente aterrado, é algo apenas paliativo, pois o antigo depósito está em condições inadequadas, posto que não foi possível reaproveitar a área como pretendia a Prefeitura, através da construção de um dique e saneamento do local. As próprias entidades ambientalistas, de acordo com depoimentos recentes, não mais têm se interessado pelo local. Os que estão mais próximos à história do antigo "lixão", como no caso do "Movimento Roessler" e do "Terraguar", admitem não terem informações técnicas sobre a atual situação do depósito interditado, possuindo, entretanto, a noção de que o local possa estar sendo ainda poluído, de algum modo.

Definitivamente, houve um significativo avanço da questão ambiental no município de Novo Hamburgo no tratamento de seus resíduos sólidos. De acordo com o chefe do Departamento de Meio Ambiente, Udo Sarlet, a Prefeitura tem o interesse em divulgar o trabalho de Lutzenberger, pois é eficaz e barato. A compostagem, sendo produzida em grande quantidade, vai para o

horto botânico da cidade, para dois hortos florestais, praças, jardins e 60 escolas municipais, além de estar sendo implantado um projeto de hortas comunitárias nas vilas. Contudo, o tratamento dos resíduos industriais é mais precário, pois é um setor de maior responsabilidade do empresariado. Conforme já comentado, após a implantação do sistema de reciclagem, a indústria passou a separar seus resíduos pagando um ticket a Prefeitura, por metro cúbico, para depositar os resíduos no depósito destinado para tal, a fim de que o material seja reaproveitado.

Certamente, todo esse processo ocorreu em função, não apenas de uma determinação do poder público, mas também por pressão das entidades ambientalistas, como conclui Sarlet:

"Eu deixei de dormir muitas noites por causa da Upan de São Leopoldo, mas hoje, eu ponho a cabeça no travesseiro tranqüilo e fico feliz porque se não fossem pessoas que nem o Aveline, que brigam, que fazem - que são capazes de - meu Deus! - gerar as maiores brigas, Novo Hamburgo, estaria com o lixão ainda dentro do rio; aquilo ali serviu de incentivo."

Contudo, se o fator - pressão - por parte dos ambientalistas influenciou no processo de encaminhamento de medidas concretas no tratamento do problema pelo poder público, não podemos afirmar que, caso não ocorresse este tipo de pressão, a Prefeitura de Novo Hamburgo não se preocuparia com a questão, pois foi no início da gestão de Ritzel que a "Upan", primeiramente, passou a

exigir medidas que evitassem a contaminação do banhado do Sinos pelo "lixão".

Por parte da administração pública, existe a avaliação de que a procura das entidades ambientalistas é necessária para que possam ser melhor detectados os problemas ambientais do município, considerando como positivo o relacionamento com os grupos ambientalistas, no sentido de que, estes procuram a administração pública com denúncias e esta, solicita o auxílio das entidades no encaminhamento dos problemas. Para o chefe do Departamento do Meio Ambiente, é importante, neste contexto, que cada grupo preserve a sua autonomia, posto que não cabe ao poder público interferir no trabalho das entidades.

Na avaliação do processo de discussão sobre o problema do "lixão", Udo Sarlet, ainda acrescenta:

"O que eu só não quero é o seguinte: a denúncia sem solução tá! Eu acho que terminou a época em que o ecologista só denunciava que estava errado e não dava solução. Nós estamos numa época em que todo o mundo tem que se dar a mão né, - poder público, entidades ecológicas, comunidade,..."

Se, em alguns momentos, o poder público refletiu a relação "especular" inerente à lógica "bissetorial", também podemos encontrar presente em seus representantes a lógica cooperativa e que busca, a partir de distintas representações, a viabilização de alternativas ecológicas.

Se um tratamento mais adequado, ecologicamente, tem se

concretizado na destinação dos resíduos sólidos em Novo Hamburgo, este é fruto das distintas lógicas de atuação dos atores inseridos em um processo de "multissetorialização". Embora, a lógica confrontacional (mais característica da fase "bissetorial") tenha também sido representada, não deixou de contribuir em resultados práticos, benéficos ao meio ambiente, se formos inseri-la em uma dinâmica de interação, pois, dentro de um contexto de "multissetorialização", o aspecto puramente confrontacional dificultaria alternativas viáveis às questões ambientais. Deste modo, cada lógica, especificamente, contribuiu para uma mudança, a qual, portanto, foi fruto de uma dinâmica dos atores envolvidos, através de um processo mútuo de ecologização. Assim, não podemos delimitar uma única caracterização válida para os grupos ambientalistas "strictu sensu" podemos falar sim, é em tendências mais gerais.

Das entidades em questão, a "Terraguar Associação Ecológica" é a que apresentou mudanças mais concretas em seu perfil, à medida em que, em termos de infraestrutura, passou a contar com um trabalho mais sistematizado, através da elaboração de projetos com objetivos específicos e administração de verbas para tal. Portanto, deixou de ser uma entidade, basicamente amadora, para buscar a profissionalização, apresentando, deste modo, uma tensão comumente presente em entidades do tipo

semiprofissionais, de acordo com VIOLA & BOEIRA(op.cit.) entre o que é viável e, por outro lado, o que é desejável. Contudo, esta tensão tende a ser resolvida mais pelo aspecto da cooperação do que do conflito e, neste sentido, atualmente, não se pode dizer que o "Terraguar" esteja disposto a manter uma postura predominantemente de confronto, inclusive, é a única entidade que ainda mantém um certo contato com poder público municipal.

Segundo depoimentos de militantes do "Terraguar", a entidade tem sentido a necessidade de buscar um melhor relacionamento com o poder público, posto que, é por essa via que são encaminhadas muitas das soluções para os problemas ambientais. Entretanto, acreditam que no caso do "lixão" faltou "boa vontade e consciência ecológica" no tratamento da questão, embora, admitam que houve alguns avanços na gestão Ritzel, como em relação ao problema das podas, a compra do "Parcão" e a própria questão do tratamento de lixo. Militantes da "Upan" também possuem a mesma opinião em torno destes aspectos positivos, entretanto, a idéia é a de que, o poder público atua, à medida em que é pressionado. Contudo, a ocorrência de uma certa ecologização da administração municipal não é consensual no grupo, por parte daqueles que alegam que a Prefeitura não cooperou no episódio do "lixão", o que é uma conclusão ambígua por parte da entidade, pois, se a solução final (reciclagem dos resíduos sólidos) foi

adequada, a "cooperação" esperada da "Upan" se referia apenas ao cessamento dos depósitos na vila Kröeff.

Para os militantes do "Movimento Roessler", a polêmica em questão, levantou uma série de mal-entendidos, por falta de comunicação entre as entidades ambientalistas e o poder público, onde a própria sentença judicial parecia confusa, no sentido de prever apenas a interdição do "lixão", ou também a retirada de todo o lixo do local, entretanto, o "Roessler" considera que o poder público acabou optando pela solução mais adequada e, que nesse sentido, a própria atuação do "Roessler" contribuiu, assim como o assessoramento de Lutzenberger, para a alternativa mais eficaz e, é em torno destes aspectos que a entidade considerou a manifestação de um processo de ecologização da Prefeitura.

Por outro lado, atualmente o "Roessler" não tem estado muito ativo e, praticamente não manteve contatos com a administração pública no último ano da gestão Ritzel, o que contradiz a sua disponibilidade de diálogo em torno de suas demandas, entretanto, não dispomos de dados para avaliar o significado desta ausência da entidade.

Arriscamos acreditar que a falta de infraestrutura, implica na inviabilidade de uma manutenção mais ativa do grupo, posto que, as dificuldades financeiras (recessão) levam os indivíduos à disporem cada vez mais do seu tempo em torno de atividades

remuneradas, ao passo que, o amadorismo consiste em trabalho voluntário. Essa dinâmica, por outro lado, dificulta justamente a lógica de atuação da entidade, que busca o diálogo e alternativas na área ambiental, pela dificuldade de sua própria manutenção enquanto tal.

Mesmo com uma postura mais próxima da lógica "multissetorial", o "Movimento Roessler" é a única das três entidades que não tem se colocado o aspecto da necessidade de uma profissionalização, alegando que este processo implicaria em uma perda da autonomia do grupo.

Consideramos, contudo, que, frente ao processo de "multissetorialização", o campo ambientalista é ampliado e, os padrões que, à princípio, podem definir o perfil de entidades, não estão tão delimitados. Desta forma, embora o "Roessler" não esteja se estruturando enquanto uma entidade que vise a profissionalização, a qual depende, em termos infraestruturais, de captação de recursos financeiros, a entidade pode ser considerada uma entidade semiprofissional, à medida em que, busca, através da interação com outros setores ambientalizados, obter soluções para os problemas ambientais.

Neste contexto, a "Upan" com uma infraestrutura de uma entidade mais profissionalizada, acaba atuando como uma entidade amadora, posto que, sua postura, predominantemente de confronto,

dificulta o encaminhamento de propostas eficazes em torno das demandas ambientais, através do predomínio da atuação calcada na denúncia e privilegiamento do que é desejável, ao invés do que é mais viável, em determinada situação.

Não temos muitos indícios, ainda, de que o aspecto confrontacional não esteja mais tão presente na atuação da "Upan", contudo, em termos de sua organização interna, houve, nas eleições de 92 para os cargos de coordenação, uma reestruturação do processo decisório da entidade, através de sua descentralização, entretanto, não podemos prever se esta determinação terá sucesso na prática.

Frente ao processo de "multissetorialização" do ambientalismo, visualizamos que, o caminho que está sendo delineado pela "Terraguar Associação Ecológica", pode se constituir enquanto uma tendência a ser delineada por entidades do gênero, no sentido da busca de conciliação entre o que é viável e desejável ecologicamente. Significa a busca de alternativas ecológicas para os municípios, atitude que passa a ser viabilizada, a partir de uma estruturação mais profissionalizada das entidades.

Esta tendência pôde se configurar numa entidade como a "Terraguar", provavelmente por ser a mais nova das três entidades aqui referidas e, portanto, à princípio com maior capacidade de

renovação, à medida em que a "Upan", num nível mais profissionalizado, em termos de infraestrutura, tem atravessado pequenas crises internas, no último ano, em função da organização em seu interior de um processo menos centralizado.

O "Movimento Roessler", conforme já comentado, tem tido sua atuação prejudicada por falta de uma certa profissionalização, referindo-se aqui também, ao aspecto infraestrutural.

Contudo, o processo de profissionalização não está dissociado das escolhas técnicas que devem ser debatidas pelos atores ambientalistas, onde os participantes do movimento "strictu sensu", correm o risco de se colocarem no mesmo patamar de outros movimentos que, à princípio, podem dispensar este tipo de debate. "Upan" e "Terraguar" se utilizaram de pareceres técnicos mas não se colocaram a responsabilidade de participarem destas escolhas, ao mesmo tempo em que, se mostraram presas a um dilema tradicional dos movimentos sociais, em geral: o aspecto da - cooptação X autonomia.

Neste sentido, em termos de pesquisas do gênero, torna-se importante a avaliação e diferenciação de propostas provenientes dos atores ambientais, não-institucionais, daquelas provenientes da ação governamental, em termos de políticas públicas ambientais. As próprias políticas públicas pouco têm sido pesquisadas ainda,

neste âmbito. Sugerimos deste modo, pesquisas que privilegiem situações semelhantes a partir de um enfoque mais centrado na ação governamental.

A complexidade e dinâmica específica do ambientalismo requer pesquisas mais amplas que possam enquadrar estudos de caso. Neste sentido, avaliamos o comportamento dos grupos ambientalistas numa determinada região e num determinado contexto. Estudos semelhantes poderiam ser desenvolvidos em outras regiões do país, para fins de comparação em função dos aspectos aqui abordados: como as entidades estão se relacionando com as instituições públicas frente ao processo de "multissetorialização" do ambientalismo e suas perspectivas frente ao aspecto da profissionalização, entre outros fatores.

NOTAS - CAPÍTULO 3

(1) Documento e levantamento fotográfico - "Depósito Ilegal de Lixo Doméstico e Industrial Mantido Pela Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo na Vila Kröeff, em Banhado do Rio dos Sinos". "Upan", São Leopoldo, 09 de março de 1989.

(2) Nos anos 80 - "é produzida uma vasta legislação , principalmente federal, mas também nos estados do Sul-Sudeste, visando a preservação ambiental." (VIOLA & BOEIRA,op.cit.:12) Neste contexto pode ser destacada a Lei de Proteção de Interesses Difusos de 1985, facilitando o trabalho das entidades civis para moverem ações judiciais contra agressões ao meio ambiente (VIOLA & BOEIRA,op.cit.).

(3) Carta ao promotor - Orci Bretanha Teixeira. "Upan", São Leopoldo, 04 de abril de 1989.

(4) BITENCOURT,J."Justiça determina interdição do lixão". Jornal NH, Novo Hamburgo, 04 de maio de 1989,p.03. Declaração do presidente da "Upan" em relação ao poder público de Novo Hamburgo.

(5) BITENCOURT,J.(op.cit.)

(6) KAYSER,A."Solução para o lixo". Jornal NH, Novo Hamburgo, 10 de maio de 1989.

(7) No referido "Programa" constam propostas para a coleta e destinação final do lixo (item nº 2: Política de Desenvolvimento Urbano). Temos aqui, especificamente:

25º Instalação de pequenas usinas de reciclagem e compostagem do lixo.

26º Incentivo à criação de cooperativas entre separadores para comercialização do material reciclado.

27º Incentivo à separação domiciliar do lixo.

28º Promover educação nas escolas sobre reaproveitamento do lixo.

29º Suspensão imediata do 'aterro sanitário' que está sendo feito no banhado do Rio dos Sinos." (Programa Verde - Por Uma

Política Ambiental Para Novo Hamburgo, op.cit.)

(8) "Roessler opina sobre a questão do lixo." Jornal NH, Novo Hamburgo, 15 de maio de 1989,p.24

(9) NIELSEN,R "Ritzel rompe relações com Judiciário". Jornal NH, Novo Hamburgo, 08 de março de 1989,p.03

(10) "Ritzel ameaça suspender coleta de lixo". Jornal Correio do Povo, Porto Alegre, 03 de maio de 1989,p.12

(11) "Carta ao promotor Orci B.Teixeira". Prefeito Paulo Ritzel, Novo Hamburgo, 13 de abril de 1989.

(12) Lutzenberger, tendo aceitado o convite da Prefeitura, se basearia em um projeto piloto de Guaíba (cidade vizinha à Porto Alegre) desencadeado através de um sistema barato e acessível à qualquer município.

(13) "Recomendações Para Soluções Exequíveis, Baratas, Ecológica e Socialmente Desejáveis Para o Problema do Lixo Doméstico e Industrial." "Fundação Gaia", para o prefeito Paulo Ritzel, de José Lutzenberger e Francisco Milanez. Porto Alegre, 28 de julho de 1989.

(14) "Proposta de Plano de Ação Para Solução do Problema do Lixo em Novo Hamburgo". Fundação Gaia. José Lutzenberger, Porto Alegre, 18 de setembro de 1989.

(15) "Lixo: Aveline critica projeto de reciclagem de Lutzenberger". Jornal NH, Novo Hamburgo, 14 de agosto de 1989, p.25

(16) Carta a José Lutzenberger. "Upan", São Leopoldo, 21 de maio de 1989.

(17) Carta aos Ecologistas - À Propósito do Lixão de Novo Hamburgo na Beira do Rio dos Sinos: "José Lutzenberger desconhece as leis ambientais no país ?" "Upan", São Leopoldo, setembro de 1989.

(18) Carta - Manifesto Sobre Política Ambiental no Brasil: "Movimento Ecológico Gaúcho Toma Posição." Encontro Temático de São Leopoldo, 21 de julho de 1990.

(19) "O Movimento Ecológico Gaúcho." Mini Jornal do Roessler. "Movimento Roessler Para Defesa Ambiental", Novo Hamburgo, agosto de 1990.

(20) Carta ao Movimento Ecológico Brasileiro. "Terraguar Associação Ecológica", Novo Hamburgo, 25 de julho de 1990.

(21) AVELINE, C. O capitalismo verde. Revista do CECA. São Leopoldo, Ano 2, nº 6, abril/junho, 1990.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. ANTUNIASI, M.:1988. O movimento ambientalista em São Paulo: análise sociológica de um movimento social urbano. 12o Encontro ANPOCS
2. DRYZEK, J.& LESTER, J.:1989. "Alternative views of the environmental problematic", in: J. Lester(ed), Environmental politics and policy. Duke University Press.
3. ESCOBAR, A.:1989. Social science discourse and new social movements research in Latin America: trends and debates, XV LASA International Congress, Miami.
4. JACOBI, P.:1989. Movimentos sociais e políticas públicas. São Paulo, Cortez.
5. LANDIM, L. (org.):1988. Sem fins lucrativos - as organizações não-governamentais no Brasil. Rio, ISER.
6. LEIS, H.:1992. "Ética, religião e ambientalismo: uma visão evolutiva". Comunicações do ISER, no 43, Ano 11.
7. LOWE, P. & GOYDER, J.:1983. Environmental groups in politics. London, George Allen and Unwin.
8. McCORMICK, J.:1992. Rumo ao paraíso. Relume-Dumará, Rio de Janeiro.
9. OFFE, C.:1985. "New social movements: challenging the boundaries of institucional politics." Social Research, vol.52, no 4.
10. ROESSLER, H.L.:1986. O Rio Grande do Sul e a ecologia. Martins Livreiro, Porto Alegre.
11. SCHERER-WARREN, I. & KRISCHKE, P. (org.):1987. Uma revolução no cotidiano ? Os novos movimentos sociais na América do Sul. Brasiliense, São Paulo.

12. TOURAINE, A.: 1989. Palavra e sangue; política e sociedade na América Latina. São Paulo, Editora da UNICAMP/Trajatória Cultural.
13. VIOLA, E.: 1987. "O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica", in: J.A.Pádua(org.), Ecologia e política no Brasil, Espaço & Tempo/IUPERJ.
14. VIOLA, E.: 1991. O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável. 150 Encontro ANPOCS.
15. VIOLA, E. & BOEIRA, S.: 1990. "A emergência do ambientalismo complexo-multissetorial no Brasil (particularmente na microrregião de Florianópolis) nos anos 80", in: IV Seminário Nacional Sobre Universidade e Meio Ambiente, UFSC.
16. VIOLA, E. & LEIS, H.: 1991a. A evolução das políticas ambientais no Brasil. 1971-1991: do bisetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. Florianópolis, UFSC, mimeo.
17. VIOLA, E. & LEIS, H.: 1991b. "Desordem global da biosfera e a nova ordem internacional: o papel organizador do ecologismo", in: H.Leis(org.), Ecologia e política mundial. FASE/Vozes/AIRI/PUC, Rio de Janeiro.
18. VIOLA, E. & MAINWARING, S.: 1987. "Novos movimentos sociais: cultura política e democracia: Brasil e Argentina," in: I.Scherer-Warren & P.Krischke(org.), op.cit.

REFERÊNCIAS DE JORNAIS:

- (1) BEHS,A. Problemas no reciclaço geram protestos. Jornal NH, Novo Hamburgo, 07/02/90,p.03
- (2) BITENCOURT,J. Advogado usa tese da Prefeitura anterior às obras na Roselândia. Jornal NH, Novo Hamburgo, 07/12/89
- (3) BITENCOURT. Comitesinos reprova a proposta de "Lutz". Jornal NH, Novo Hamburgo, 19/09/89
- (4) BITENCOURT. Ecologista acha inviável a deposição em outra área. Jornal NH, Novo Hamburgo, 20/09/89
- (5) BITENCOURT.Ecologistas promovem culto no "lixão". Jornal NH, Novo Hamburgo, 30/09 e 10/10/89,p.09
- (6) BITENCOURT. Gabeira e pró-parlamentarismo: o "às" do PV discorda de toda proposta ilegal ao "lixão". Jornal NH, Novo Hamburgo, 14 e 15/10/89,p.08
- (7) BITENCOURT. Intensificadas obras da central de Reciclagem.Jornal NH, Novo Hamburgo, 09/11/98
- (8) BITENCOURT. Jornalista repudia posição do presidente do Roessler. Jornal NH, Novo Hamburgo, 2 e 3/12/89
- (9) BITENCOURT.Justiça determina interdição do lixão. Jornal NH, Novo Hamburgo, 04/05/89,p.03
- (10) BITENCOURT. Justiça permite deposições na Kröeff por 15 dias. Jornal NH, Novo Hamburgo, 12/12/89
- (11) BITENCOURT. Justiça revoga a interdição do lixão. Jornal NH, Novo Hamburgo, 28/09/89,p.07
- (12) BITENCOURT. Lixão deve ter reciclagem iniciada na segunda-feira. Jornal NH, Novo Hamburgo, 29/09/89
- (13) BITENCOURT. Lixão: juiz vê tentativa de distorção do

- processo. Jornal NH, Novo Hamburgo, 27/09/89,p.05
- (14) BITENCOURT. Moradores da Kröeff querem fim de despejos. Jornal NH, Novo Hamburgo, 21/09/89
- (15) BITENCOURT. Moradores da Roselândia entregam um abaixo-assinado contra o lixo. Jornal NH, Novo Hamburgo, 25 e 26/11/89
- (16) BITENCOURT. Moradores da Roselândia farão caminhada. Jornal NH, Novo Hamburgo, 29/11/89
- (17) BITENCOURT. Moradores de Lomba Grande não querem lixão municipal. Jornal NH, Novo Hamburgo, 27/06/89
- (18) BITENCOURT. Para Aveline proposta é ilegal. Jornal NH, Novo Hamburgo, 20/09/89,p.07
- (19) BITENCOURT. Prefeitura agiliza mudança do lixão para a Roselândia. Jornal NH, Novo Hamburgo, 27/10/89,p.06
- (20) BITENCOURT. Reciclagem: contrato não foi assinado ainda. Jornal NH, Novo Hamburgo, 27/10/89,p.06
- (21) BITENCOURT. Ritzel garante que cumpre a determinação da Justiça. Jornal NH, Novo Hamburgo, 20/11/89
- (22) BITENCOURT. Roselândia repudia a central de lixo. Jornal NH, Novo Hamburgo, 20/11/89,p.03
- (23) BITENCOURT. Técnicos condenam reciclagem de lixo nas margens do Sinos. Jornal NH, Novo Hamburgo, 25/09/89
- (24) BITENCOURT. Tribunal julga hoje futuro do "lixão" da vila Kröeff. Jornal NH, Novo Hamburgo, 11/10/89,p.05
- (25) DE AZEVEDO E SOUZA, E. Debate não traz soluções para o lixão. Jornal NH, Novo Hamburgo, 13/10/89,p.05
- (26) DO CANTO, S. Promotor não prorrogará o processo do lixão. Jornal NH, Novo Hamburgo, 22/09/89
- (27) FILHO, A. Diesel. Lutzenberger acusado por ecologistas. Jornal Vale dos Sinos, São Leopoldo, 22/09/89

- (28) FILHO, A.D. Roessler solicita que seja desativado lixão. Jornal Vale dos Sinos, São Leopoldo, 23 e 24/09/89
- (29) HARTMAN, A. Leis ambientais (carta do leitor). Jornal NH, Novo Hamburgo, 27/10/89
- (30) KAYSER, A. A central de reciclagem. Jornal NH, Ecologia, Novo Hamburgo, 29/11/89
- (31) KAYSER. A proposta de Lutz. Jornal NH, Ecologia, Novo Hamburgo, 27/09/89
- (32) KAYSER. A usina da Esinter. Jornal NH, Ecologia, Novo Hamburgo, 23/06/89
- (33) KAYSER. Reciclação. Jornal NH, Ecologia, Novo Hamburgo, 06/12/89
- (34) KAYSER. Solução para o lixo. Jornal NH, Ecologia, Novo Hamburgo, 10/05/89
- (35) KAYSER. Um incêndio na Kröeff. Jornal NH, Ecologia, Novo Hamburgo, 02/01/90
- (36) NIELSEN, R. Bretanha e Fonseca discutem prazo para o novo "lixão". Jornal NH, Novo Hamburgo, 14/04/89
- (37) NIELSEN. Dique isolará lixão do Sinos. Jornal NH, Novo Hamburgo, 11/04/89
- (38) NIELSEN. Ecologistas apoiam novo lixão, segundo prefeito. Jornal NH, Novo Hamburgo, 15 e 16/04/89
- (39) NIELSEN. Feltes prevê mais cinco dias para acabar o fogo. Jornal NH, Novo Hamburgo, 29/12/89
- (40) NIELSEN. Lixão: UPAN apresenta representação. Jornal NH, Novo Hamburgo, 07/04/89, p.07
- (41) NIELSEN. Menos de 1% do lixo industrial é tratado. Jornal NH, Novo Hamburgo, 10/01/90, p.03
- (42) NIELSEN. Prefeitura quer mais de 30 dias para mudar lixão. Jornal NH, Novo Hamburgo, 20/04/89

- (43) NIELSEN. Processo do lixão já está com juíza. Jornal NH, Novo Hamburgo, 19/04/89,p.07
- (44) NIELSEN. Ritzel rompe relações com Judiciário. Jornal NH, Novo Hamburgo, 08/03/89
- (45) PANZENHAGEN,D. Debate ecológico na Feevale sobre o lixo. Jornal NH, Novo Hamburgo, 11/10/89,p.05
- (46) PANZENHAGEN.Riocell visitada por 30 catadores do Recicção. Jornal NH, Novo Hamburgo, 11/12/89
- (47) REICHOW,K.Manifestação na vila Kröeff defende a interdição do lixão. Jornal NH, Novo Hamburgo, 16/10/89,p.05
- (48) REZENDE,D.Prefeitura tem mais três meses para mudar o lixão. Jornal NH, Novo Hamburgo, 29/06/89,p.05
- (49) REZENDE. Promotor ainda não tem posição. Jornal NH, Novo Hamburgo, 28/09/89
- (50) REZENDE. Ritzel convida Lutzenberger para proteger rio dos Sinos. Jornal NH, Novo Hamburgo, 17/05/89,p.03
- (51) RITZEL,P. Aviso à população e aos industriais de Novo Hamburgo (à pedido). Jornal NH, Novo Hamburgo, 15/05/89,p.03
- (52) RITZEL. Fim do lixo no Sinos (à pedido). Jornal Zero Hora, Porto Alegre, 22\09\89
- (53) RITZEL. "Lixão": nossas razões (à pedido). Jornal NH, Novo Hamburgo, 19/05/89
- (54) RITZEL. Lixo. Jornal NH, Novo Hamburgo, 16/11/89
- (55) SOSTER,D. Esinter não recuperará área do lixão. Jornal NH, Novo Hamburgo, 13/09/89
- (56) SOSTER.Lixão: Ibama afirma que embargo continua. Jornal NH, Novo Hamburgo, 18/07/89,p.05
- (57) SOSTER. Lixo hospitalar: incinerador está atendendo 26 entidades. Jornal NH, Novo Hamburgo, 05\07\89,p.19

- (58) SOSTER. Lixo: promotor critica lentidão oficial. Jornal NH, Novo Hamburgo, 14/09/89
- (59) SOSTER. Lomba Grande não quer ter um lixão. Jornal NH, Novo Hamburgo, 19/07/89,p.24
- (60) SOSTER. Lutzenberger admite reciclagem no lixão. Jornal NH, Novo Hamburgo, 10/08/89
- (61) SOSTER. Novo local para o lixão aguarda parecer do DMA. Jornal NH, Novo Hamburgo, 29/06/89,p.05
- (62) SOSTER. Ritzel afirma que trabalhos no lixão não estão parados. Jornal NH, Novo Hamburgo, 15/09/89,p.06
- (63) SOSTER. Trabalho de ecologista visa reciclar o lixão. Jornal NH, Novo Hamburgo, 11/03/89
- (64) SOSTER. UPAN fará análise do lixão da Kröeff. Jornal NH, Novo Hamburgo,27/08/89
- (65) SOSTER. Usina de incineração sai em dois anos. Jornal NH, Novo Hamburgo, 16/04/89,p.03
- (65) SOSTER. Vereadores elaboram lei ambiental. Jornal NH, Novo Hamburgo, 17/07/89
- (66) WEISSHEIMER,M. Lixo provoca polêmica no movimento ecológico do RS. Jornal Vale do Sinos, São Leopoldo, 12/10/89,p.10
- (67) WEISSHEIMER. Parecer do comitesinos recomenda a mudança da área do atual "lixão". Jornal NH, Novo Hamburgo, 28/09/89,p.06
- (68) WEISSHEIMER. UPAN volta à Justiça contra obras no lixão. Jornal NH, Novo Hamburgo, 05/10/89,p.09
- (69) WERB,E. Um lixão ameaça a paz da Roselândia. Jornal Zero Hora, Porto Alegre, 08/11/89,p.40
- (70) Área do lixão é um banhado. Jornal Zero Hora, Porto Alegre, 25/09/89,p.44
- (71) Assinaturas contra lixo municipal. Jornal do Comércio, Novo Hamburgo, 19/09/89,p.03

- (72) Aveline: 'quem não tem argumento apela para os ataques pessoais'. Jornal NH, Novo Hamburgo, 27/09/89,p.05
- (73) Catadores de lixo fundam cooperativa. Jornal Zero Hora, Porto Alegre, 16/04/90,p.36
- (74) Ibama fecha lixão de Novo Hamburgo. Jornal Zero Hora, Porto Alegre, 15/07/89
- (75) Incêndio toma conta do lixão. Jornal Zero Hora, Porto Alegre, 28/12/89,p.40
- (76) Iniciam trabalhos no lixão. Jornal NH, Novo Hamburgo, 03/10/89
- (77) Lixão do Sinos pode continuar. Jornal Zero Hora, Porto Alegre, 21/09/89
- (78) Lixão - Justiça suspende a interdição. Jornal Zero Hora, Porto Alegre, 28/09/89
- (79) Lixo:Aveline critica projeto de reciclagem de Lutzenberger. Jornal NH, Novo Hamburgo, 14/08/89,p.25
- (80) Lixo industrial deve vir pré-classificado. Jornal NH, Novo Hamburgo, 02/01/90,p.08
- (81) Lutz vai ajudar NH na questão do lixo. Jornal Zero Hora, Porto Alegre, 19/05/89
- (82) Lutzenberger assessora Prefeitura. Jornal Zero Hora, Porto Alegre, 03/08/89
- (83) Lutzenberger falará sobre lixo na ACI. Jornal NH, Novo Hamburgo, 14/09/89,p.10
- (84) Mais uma ação contra lixo de Novo Hamburgo.Jornal Zero Hora, Porto Alegre, 07/01/90
- (85) Moradores da Kröeff e ecologistas protestam no lixão.Jornal NH, Novo Hamburgo, 02/10/89,p.06
- (86) Moradores fecham o lixão. Jornal Zero Hora, Porto Alegre, 09/10/89,p.36

- (87) NH já sabe onde vai colocar o "lixão". Jornal Correio do Povo, Porto Alegre, 13/10/89,p.16
- (88) NH recorre da decisão sobre lixão. Jornal Zero Hora, Porto Alegre, 13/05/89
- (89) N.Hamburgo também selecionará lixo. Jornal Correio do Povo, Porto Alegre, 13/07/90,p.16
- (90) Novo Hamburgo fica sem lugar para lixo. Jornal Zero Hora, Porto Alegre, 04/07/89
- (91) Novo Hamburgo, Prefeito desafia Ibama: mantém depósito de lixo. Jornal Correio do Povo, Porto Alegre,18/07/89,p.14
- (91) Novo Hamburgo resolve desafiar decisão do Ibama.Jornal Zero Hora, Porto Alegre, 20/07/89
- (92) Novo prazo para remoção do lixão. Jornal Zero Hora, Porto Alegre, 12/10/89,p.50
- (93) O novo lixão de Novo Hamburgo. Jornal Zero Hora, Porto Alegre, 17/04/89
- (94) Prefeitura faz experiência de catação e compostagem do lixo. Jornal NH, Novo Hamburgo, 18/05/89
- (95) Prefeitura reciclará lixo com apoio de Lutzenberger. Jornal NH, Novo Hamburgo, 03/08/89,p.03
- (96) Prisão para quem jogar carga no lixão. Jornal Zero Hora, Porto Alegre, 13/07/89
- (97) Projeto de Lutzenberger apresentado para a SSMA. Jornal NH, Novo Hamburgo, 11/09/89,p.03
- (98) Promotor quer fim de focos de lixo industrial. Jornal NH, Novo Hamburgo, 22/01/90,p.27
- (99) Ritzel ameaça suspender coleta de lixo. Jornal Correio do Povo, Porto Alegre, 03/05/89,p.12
- (100) Ritzel estuda a viabilidade do lixão permanecer na vila Kröeff. Jornal do Comércio, Novo Hamburgo,07/08/89,p.02

- (101) Ritzel promete jogar todo o lixo na calçada. Jornal Zero Hora, Porto Alegre, 11/05/89,p.53
- (102) Roessler divulga nota sobre lixão.Jornal NH,Novo Hamburgo, 29/09/89
- (103) Roessler opina sobre a questão do lixo. Jornal NH, Novo Hamburgo, 15/05/89,p.24
- (104) Terraguar questiona posição de Lutzenberger. Jornal NH, Novo Hamburgo, 13/09/89
- (105) Um crime contra a bela e pacata Lomba Grande. Jornal Zero Hora, Porto Alegre, 18/07/89,p.37

REFERÊNCIAS DE CARTAS E DOCUMENTOS:

Cartas a José Lutzenberger:

- (1) Ação Ecológica de Combate à Caça. Porto Alegre, 25/09/89
- (2) Associação Comunitária Uruguaianense de Proteção dos Animais e Meio Ambiente. Uruguaiana/RS, 15/09/89
- (3) Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Camaquã. Camaquã/RS, 28/09/89
- (4) Associação Ituana de Proteção Ambiental. Itú/SP, 05/10/89
- (5) Caa-y Associação Ecológica.São Sebastião do Caí/RS, 15/09/89
- (6) Centro de Estudos Ambientais; Movimento Ecológico Livre - MEL-Urihi; Terraguar Associação Ecológica; Grito da Terra; União Protetora do Ambiente Natural - UPAN; Associação Caxiense de Proteção ao Ambiente Natural - ASCAPAN. RS, 01/08/90
- (7) Grupo Ecológico Sapucaia - GESA.Sapucaia do Sul/RS, 23/09/89

- (8) Grupo Ecológico Sentinela dos Pampas - GESP. Passo Fundo/RS, 02/10/89
- (9) Milton Roessler. São Leopoldo/RS, 21/09/89
- (10) Movimento Ecológico Livre - MEL. Cachoeirinha/RS, 29/09/89
- (11) Partido Verde/PV. Porto Alegre, 25/09/89
- (12) União Protetora do Ambiente Natural - UPAN. São Leopoldo, 21/05/89
- (13) Carta ao Coordenador das Promotorias de Defesa Comunitária - Ariovaldo Perrone da Silva. UPAN, São Leopoldo, 04/10/89
- (14) Carta ao Delegado do IBAMA no Rio Grande do Sul. UPAN, São Leopoldo, 26/06/89
- (15) Carta ao Juiz de Direito da 2ª Vara Cível. Procurador do Município de Novo Hamburgo, João Raimundo Fonseca, Novo Hamburgo, 09/05/89
- (16) Carta ao Movimento Ecológico Brasileiro. Terraguar Associação Ecológica, Novo Hamburgo, 25/07/90
- (17) Carta ao Movimento Ecológico do RGS. UPAN, S.Leopoldo, 17/10/89
- (18) Carta ao Movimento Ecológico Gaúcho. AGAPAN, Porto Alegre, 16/08/90
- (19) Carta ao Movimento Ecológico Gaúcho! Movimento Roessler Para Defesa Ambiental, Novo Hamburgo, 31/10/89
- (20) Carta ao Movimento Ecológico Gaúcho. UPAN, S.Leopoldo, 26/09/89
- (21) Carta ao Movimento Ecológico Gaúcho (e aos outros setores sociais). "Por Uma Política de Preservação Ambiental no Estado do RGS." UPAN, S.Leopoldo, 09/01/89
- (22) Carta ao Movimento Roessler Para Defesa Ambiental. Ana T.Mariani, Tecnologia Convivial, Porto Alegre, 04/10/89
- (23) Carta ao Prefeito Municipal de Novo Hamburgo - Paulo Ritzel.

Associação Comunitária - Vila Kröeff, Novo Hamburgo,
21/09/89

- (24) Carta ao Procurador Geral de Justiça - Paulo Olímpio Gomes de Souza. UPAN, S.Leopoldo, 29/09/89
- (25) Carta ao Promotor Orci P.Bretanha Teixeira. Prefeito Paulo Ritzel, Novo Hamburgo, 13/04/89
- (26) Carta ao Promotor Orci P.B.Teixeira. UPAN, S.Leopoldo, 04/04/89
- (27) Carta aos Ecologistas - À Propósito do lixão de Novo Hamburgo na Beira do Rio dos Sinos: "José Lutzenberger desconhece as leis ambientais do país ?" UPAN, S.Leopoldo, setembro de 1989.
- (28) Carta às Entidades Ecológicas da Região Sul - Sobre as Próximas Eleições Para o CONAMA. UPAN, S.Leopoldo, junho de 1989
- (29) Carta à UPAN. Associação Quaraíense de proteção ao Ambiente Natural. Quaraí/RS, 03/10/89
- (30) Carta à UPAN. Projeto Defesa a Vida - PRODEVI. Cuiabá, Mato Grosso, 20/10/89
- (31) Carta Circular: A Política Ambiental e o Cidadão. UPAN, S.Leopoldo, abril de 1990.
- (32) Carta Circular aos Ecologistas: Só Palavras Não Salvam a Natureza. UPAN, S.Leopoldo, 09/11/90
- (33) Carta Circular aos Movimentos Ecológicos do Rio Grande do Sul: Reunião Sobre Política Ambiental no RS. UPAN, S.Leopoldo, 01/01/90
- (34) Carta Circular: Manifesto Sobre a Política Ambiental no Brasil - Movimento Ecológico Gaúcho Toma Posição. Encontro Temático de S.Leopoldo, São Leopoldo, 21/07/90
- (35) Carta Circular: Resposta às Declarações de José Lutzenberger Sobre a UPAN. UPAN, S.Leopoldo, setembro de 1989
- (36) Comitê de Preservação, Gerenciamento e Pesquisa da Bacia do

Rio dos Sinos. Boletim Informativo, Ed.O.Alves,
S.Leopoldo, 1988

- (37) Levantamento Fotográfico - Depósito Ilegal de Lixo Doméstico e Industrial Mantido Pela Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo na Vila Kröeff, em Banhado do Rio dos Sinos. UPAN, S.Leopoldo, 09/03/89
- (38) Ministério Público - Agravo de Instrumento, 2a Vara Cível. Promotor de Justiça Orci B.Teixeira, Novo Hamburgo, 15/06/89
- (39) Ministério Público - Agravo de Instrumento, 2a Vara Cível. Promotor de Justiça Orci B.Teixeira, Novo Hamburgo, 29/06/89
- (40) Moção - VII Encontro Estadual de Ecologistas. Federação de Entidades Ecologistas Catarinenses - FEEC, Brusque/SC, 01/10/89
- (41) O Movimento Ecológico Gaúcho. Mini Jornal do Roessler. Movimento Roessler Para Defesa Ambiental, Novo Hamburgo, agosto de 1990
- (42) Poder Judiciário - Ata de Inspeção. Porto Alegre, 22/06/89
- (43) Programa Verde - Por uma Política Ambiental Para Novo Hamburgo. Jornal do Roessler. Movimento Roessler Para Defesa Ambiental, Ano I, nº 1, jan/fev/mar.89
- (44) Proposta de Plano de Ação Para Solução do Problema do Lixo em Novo Hamburgo. José Lutzenberger, Porto Alegre, 18/09/89
- (45) Recomendações Para Soluções Exequíveis, Baratas Ecológica e Socialmente Desejáveis Para o Problema do Lixo Doméstico e Industrial. Ao Prefeito Paulo Ritzel, de José Lutzenberger e Francisco Milanez, Porto Alegre, 28/07/89
- (46) Relatório do Debate do Dia 11/10 Sobre a Polêmica do Lixão de NH. Movimento Roessler Para Defesa Ambiental, Novo Hamburgo, 31/10/89
- (47) Telegrama à Lutzenberger. Associação Mato-Grossense de Ecologia - AME, Cuiabá/MT, 06/10/89